



**UNIFACS**  
UNIVERSIDADE SALVADOR  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
URBANO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**OMAR SANTOS COSTA**

**POBREZA E EXCLUSÃO FINANCEIRA: O CASO DO BAIRRO MARIA PINHEIRO  
NO MUNICÍPIO DE ITABUNA / BA**

Salvador  
2012

**OMAR SANTOS COSTA**

**POBREZA E EXCLUSÃO FINANCEIRA: O CASO DO BAIRRO MARIA PINHEIRO  
NO MUNICÍPIO DE ITABUNA / BA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr. Débora Nunes Sales.

Salvador  
2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate Internacional Universities.

Costa, Omar Santos

Pobreza e exclusão financeira: o caso do bairro Maria Pinheiro no município de Itabuna / Ba. / Omar Santos Costa. – Salvador, 2012.

84 f. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, Laureate Internacional Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Débora Nunes Sales.

1. Pobreza - Itabuna – Bahia. 2. Exclusão social - Itabuna – Bahia. I. Sales, Débora Nunes, orient. II. Título.

CDD: 339.6

OMAR SANTOS COSTA

POBREZA E EXCLUSÃO FINANCEIRA: O CASO DO BAIRRO MARIA PINHEIRO NO  
MUNICÍPIO DE ITABUNA / BA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Alcides dos Santos Caldas \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia - Universidade Santiago de Compostela  
Universidade Salvador - UNIFACS

Débora de Lima Nunes Sales – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Urbanismo – Université de Paris XII - França  
Universidade Salvador – UNIFACS

Nilton Vasconcelos Júnior \_\_\_\_\_  
Doutor em Administração – Universidade Federal da Bahia  
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET

Salvador, de abril de 2012.

A painho e mainha, o meu eterno carinho e gratidão.

A minha esposa Cristina, minha companheira de todas as horas, e aos meus filhos, Beatriz, Filipe e Luiza, pela paciência e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do meu esforço mais também da contribuição, auxílio e torcida de muitas pessoas boas...

Ao conselho do Banco do Povo, em especial Juscelino, e aos meus colegas que me apoiaram bastante, em especial Cintia e Josivaldo.

Aos companheiros do Fórum e da ABOMCRED, Corsine, Hermes, pela força e apoio.

Aos professores do mestrado, e em especial ao Prof. Boaventura.

As minhas professoras queridas, Rita e Shiley, da qual guardo boas lembranças e ao generoso mestre Milton Scaldaferrri, pelos ensinamentos.

A Rose, Agente Comunitária de Saúde, que ajudou bastante no trabalho de campo.

A minha amiga Nilzete Natália (in memória), um anjo, que tanto me incentivou para o mestrado.

Aos meus velhos e bons amigos, de Ferradas e da faculdade, pelo apoio.

A Juca, meu irmão, as minhas irmãs Mara e Lidi, pela força, pelo cuidado comigo, pelo amor.

A Profa. Débora Nunes, pela paciência, generosidade e sabedoria.

Meu muito obrigado

## RESUMO

O Brasil, país que cresce em importância econômica e política tem na desigualdade social um dos seus grandes desafios. A desigualdade acentua a exclusão social e todas suas faces, e a exclusão financeira é uma delas. Como explicar que milhões de brasileiros não tem acesso a serviços financeiros adequados quando dispomos de um sistema financeiro tão robusto e sofisticado? Como essas famílias que são excluídas resolvem suas necessidades financeiras? Assim, a presente pesquisa discute a exclusão financeira no Brasil, as estratégias de bancarização e os efeitos na vida financeira de famílias e indivíduos pobres ou extremamente pobres, residentes no bairro Maria Pinheiro, município de Itabuna/BA. Para responder o problema foi necessário se utilizar de um estudo de caso exploratório, devido à ausência de estudos na área. O bairro Maria Pinheiro foi escolhido em função de suas características sócio econômicas. Utilizou-se também de pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas. O estudo demonstra os principais elementos que explicam a exclusão financeira, as estratégias utilizadas por governos e organizações civis através das microfinanças, e o esforço dos governos em ampliar o acesso. Ao finalizar, considera que as políticas de âmbito federal produziram efeitos variados, mas que de fato tem alcançado as famílias mais pobres. Estas por sua vez estão utilizando mais o cartão de crédito, sem no entanto deixar de comprar fiado no bairro e no crediarista, além de manter uma vida monetária e não-monetária entre familiares e vizinhos intensa.

**Palavras-chave:** Exclusão financeira. Pobreza. Bancarização.

## ABSTRACT

Brazil, a country has grown in importance economic and politic and has had big challenges because of inequality social. The inequality rises the social exclusion and all their sides, and the financial exclusion is one of them. How explain millions of brazilians don't have access to adequate financial services if we have a robust and sophisticated financial system? How these excluded families solve their financial hardships? This way, the research discusses the financial exclusion in Brazil, the strategies of banking and financial effects on the lives of families and individuals poor or extremely poor have lived in the Maria Pinheiro neighborhood, Itabuna's city / BA. To answer the problem was necessary to use an exploratory case study, because of lack of studies in the area. The Maria Pinheiro neighborhood has peculiar socioeconomic characteristics so he was chosen to study. We used field's research also and we apply questionnaire of interviews. The study shows the main elements that explain financial exclusion, the strategies used by governments and civil organizations through microfinance, and efforts by governments to expand it access. In closing, consider that federal policies have produced several effects, but in fact have achieved the poorest families. These families have used credit cards frequently, however it continue to buy on credit in the neighborhood and in crediarist besides keeping a intense monetary and not monetary life between relatives and neighbors.

**Keywords:** Financial exclusion. Poverty. Bancarization.



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Localização do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA .....   | 22 |
| Figura 2 – Vista do Bairro Maria Pinheiro a partir da Creche Irmã Margarida. Bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA .....                      | 23 |
| Figura 3 – Vazios e assentamentos precários, Município de Itabuna / BA.....   | 24 |
| Figura 4 – Fontes para composição da renda dos domicílios, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....                                      | 31 |
| Figura 5 – Prática religiosa, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....   | 31 |
| Figura 6 – Pessoas que possuem algum relacionamento com instituição financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....                     | 51 |
| Figura 7 – Serviços utilizados nos bancos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....  | 52 |
| Figura 8 – Serviços utilizados nos bancos, proporcional ao gênero, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....                                  | 53 |
| Figura 9 – Que outros serviços desejariam utilizar, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 55 |
| Figura 10 – Motivações de poupar, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 56 |
| Figura 11 – Se utiliza ou já se utilizou do nome de outra pessoa para compra a prazo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....               | 59 |
| Figura 12 – Sente dificuldade de acesso aos bancos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 60 |
| Figura 13 – Fontes de empréstimo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 61 |
| Figura 14 – Comportamento dos entrevistados em relação a demanda por empréstimo em financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA.....       | 63 |
| Figura 15 – Fonte de recurso para os entrevistados que não buscam empréstimos em financeiras, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....       | 64 |
| Figura 16 – Comportamento dos entrevistados em relação ao ato de emprestar dinheiro a alguém, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA.....        | 66 |
| Figura 17 – Ações que envolvem ajuda gratuitas entre vizinhos e amigos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....                             | 67 |
| Figura 18 – Ações que envolvem emprestar ou compartilhar algum bem ou serviço com vizinho ou amigo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA ..... | 68 |
| Figura 19 – Ações que envolvem tomar emprestado algum bem ou serviço com vizinho ou amigo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA.....           | 69 |
| Figura 20 – Percepção de aumento da renda nos últimos dez anos, por faixa de renda per capita, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %.....   | 70 |
| Figura 21 – Incremento de consumo de bens e serviços, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....   | 71 |
| Figura 22 – Incremento de consumo de bens e serviços, por faixa de renda, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....                       | 72 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Natureza das atividades econômicas exercidas pelos chefes de famílias, antes de migrarem para a favela Maria Pinheiro, segundo setor de moradia urbano ou rural, discriminado por Itabuna e região (sic)..... | 26 |
| Tabela 2 – Nível de escolaridade, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA.....   | 28 |
| Tabela 3 – Nível de escolaridade e cor, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA .....  | 28 |
| Tabela 4 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA .....   | 29 |
| Tabela 5 – Renda familiar por faixa de salário, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA .....  | 30 |
| Tabela 6 – Tempo de relacionamento com instituição financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 54 |
| Tabela 7 – Modalidade de compra a prazo por faixa de renda, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....  | 58 |
| Tabela 8 – Modalidade de compra a prazo por escolaridade, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / % .....  | 58 |
| Tabela 9 – Motivações para escolha da fonte de empréstimo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 62 |
| Tabela 10 – Estratégias para solucionar situação de endividamento, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA .....   | 65 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>12</b> |
| 1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....                                | 14        |
| 1.2 OBJETIVOS.....   | 16        |
| 1.3 SOBRE A PESQUISA.....  | 16        |
| <b>2 O BAIRRO MARIA PINHEIRO</b> .....                             | <b>21</b> |
| 2.1 PROCESSO E DINÂMICA DE FORMAÇÃO DO BAIRRO MARIA PINHEIRO.....  | 24        |
| 2.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO BAIRRO MARIA PINHEIRO..... | 27        |
| <b>3 EXCLUSÃO FINANCEIRA</b> .....                                 | <b>33</b> |
| 3.1 AS MICROFINANÇAS E O MICROCRÉDITO.....                         | 36        |
| 3.2 AS FINANÇAS DE PROXIMIDADE.....                                | 41        |
| 3.3 AS VÁRIAS FRENTES DE INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....        | 43        |
| <b>4 EXCLUSÃO FINANCEIRA NO BAIRRO MARIA PINHEIRO</b> .....        | <b>50</b> |
| 4.1 AS RELAÇÕES FINANCEIRAS FORMAIS.....                           | 50        |
| 4.2 AS RELAÇÕES NÃO FINANCEIRAS.....                               | 65        |
| 4.3 RENDA, CRÉDITO E BENS DE CONSUMO.....                          | 69        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                | <b>73</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>76</b> |
| <b>Anexo A – Questionário da pesquisa</b> .....                    | <b>79</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil dispõe de um sofisticado mercado financeiro, combinando um setor bancário privado dinâmico e orientado principalmente para o varejo com bancos estatais voltados para o fomento, os quais servem de instrumento para canalizar recursos de implementação das políticas públicas nas várias esferas de governo. No entanto, a grande quantidade de instituições e, por conseguinte, a variedade de produtos ofertados no mercado contrastam com a falta de acesso para milhões de brasileiros e em especial os cidadãos que detêm baixa renda.

As discussões em torno da problemática do acesso ao crédito e outros serviços financeiros das camadas mais pobres da população no Brasil é recente, ocorridas principalmente a partir da década de 90, do século passado. O movimento que se seguia no Brasil também sofreu forte influência de debates que também ocorreram em economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

Por conta disso as microfinanças,<sup>1</sup> como uma das políticas estratégicas de combate a pobreza, passou a ganhar importância. O debate que permeou tal entendimento tem a ver com as discussões sobre pobreza e desenvolvimento humano travadas nas décadas de 80 e 90 do século passado pelas Nações Unidas e o Banco Mundial e que nortearam as orientações das duas instituições para os países e seus respectivos governos. Datam do mesmo período, as experiências em escala mais abrangente, em ofertar créditos de pequena monta para pessoas de baixa renda, proprietárias de pequenos negócios (KRAYCHETE, 2005a).

No Brasil, a partir de 1994, com a queda da inflação promovida pelo Plano Real, aumentou o interesse de governos estaduais e municipais em apoiar a criação de ONG's para operar o microcrédito destinado a pequenos empreendedores, no arco das políticas locais de desenvolvimento econômico. Em agosto de 1995, foi criada a Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária (PORTOSOL), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por iniciativa da Prefeitura Municipal, em parceria com o Governo do Estado e outros organismos da sociedade civil local.

---

<sup>1</sup> Prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (SOARES; MELO, 2008, p. 23).

Outra experiência que vale ressaltar foi de iniciativa de um banco de fomento regional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 1997, o BNB lançou o programa Crediamigo, a carteira de microcrédito produtivo<sup>2</sup>, com apoio do Banco Mundial, o que depois se tornaria o segundo maior programa de microcrédito da América Latina.

Como instituição de *segundo piso*<sup>3</sup>, a partir de 1996 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), passou a dar apoio financeiro à várias instituições. Em 2000, lançou o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “para apoiar a expansão das instituições, bem como o desenvolvimento de metodologias e instrumentos gerenciais e operacionais necessários” (ALVES, 2001, p. 8).

Reconhecendo a necessidade de instituir um marco legal para regulamentar a ação dos programas de microcrédito no Brasil, o Governo Federal, através de comissão criada no âmbito do Conselho do Programa Comunidade Solidária, iniciou em 1997 as discussões sobre a questão. As várias rodadas de interlocução, promovidas pelo Programa Comunidade Solidária entre órgãos do Governo Federal e diversos atores envolvidos na área de microcrédito, resultaram na regulamentação paulatina das atividades desenvolvidas pelas instituições de microcrédito.

A partir de 2003, se inicia um intenso processo de expansão do crédito no Brasil fruto de uma combinação de redução da Taxa Selic<sup>4</sup>, redução do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central, da redução da taxa de juros real dos bancos públicos e de uma combinação de estratégias microeconômicas.

É também a partir de 2003 que o governo lança um conjunto de medidas objetivando popularizar o crédito para os mais pobres. Assim, criam-se as contas simplificadas e são estimulados vários acordos entre redes de varejo e bancos no intuito de promover a expansão do crédito direto para o consumo. A partir de então, o Banco Central passa a atuar fortemente no processo de bancarização dos pobres, o que em 2008 se converte em um programa de “Inclusão Financeira”.

---

<sup>2</sup> Crédito de pequena monta destinado a financiar atividades produtivas.

<sup>3</sup> Organismos que atuam disponibilizando linhas de crédito e orientações técnicas para instituições que atendem o cliente final do microcrédito.

<sup>4</sup> Taxa básica de juros utilizada como referência para empréstimo interbancário e para remunerar os títulos da dívida pública brasileira.

Diante de todo este esforço, é correto afirmar que o Brasil ainda inicia os primeiros passos para ampliar significativamente o crédito e outros serviços financeiros à população, e em especial a de baixa renda, os pobres. Assim, a presente dissertação tem como tema a Pobreza e exclusão financeira da população do bairro Maria Pinheiro no Município de Itabuna / BA. Desta forma, pretende-se desenvolver um estudo de caso sobre um bairro pobre do Município de Itabuna / BA objetivando compreender as estratégias utilizadas pelas famílias da localidade para acessar serviços financeiros formais e informais.

### 1.1 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

No Brasil, as primeiras experiências de ações destinadas a “inclusão financeira” remontam à década de 1970, sendo que estas eram restritas ao microcrédito e financiadas por doadores internacionais. Somente na década de 1990 outras iniciativas surgiram e ganharam força, com formatos jurídicos diferentes, algumas como programas de governos, outras como ações de bancos públicos ou mesmo ONG’s; no geral, as instituições adotaram metodologias semelhantes experimentadas anteriormente em instituições microfinanceiras da América Latina e Ásia.

De alcance reduzido, a implementação dos programas ou instituições de microcrédito<sup>5</sup> no Brasil foram marcados pelo desconhecimento do potencial da demanda e das características e necessidades dos demandantes, tomando apenas como base estudos sobre trabalho informal, pobreza, ou mesmo pesquisa de demanda direcionada ao microcrédito produtivo. Fatalmente persistem ainda carências de estudo.

O debate acerca da inclusão financeira no Brasil ganha força apenas na primeira década do século XXI, não somente no estímulo à bancarização ou ampliação de programas de microcrédito, como também na combinação de um conjunto de políticas que visam ampliar as oportunidades aos mais pobres. Vale salientar que se entende por inclusão financeira (BCB , 2011, p. 8) “o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades”.

Desta forma, as iniciativas de inclusão financeira no Brasil vêm avançado gradualmente, como resultado de maior interesse do setor bancário pelos segmentos de média e baixa renda, de uma consolidação do sistema de cooperativas, do crescimento das

---

<sup>5</sup> Como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte (SOARES; MELO, 2008, p. 24).

experiências de microcrédito ofertados por programas governamentais e OSCIP's e mesmo as iniciativas da própria sociedade civil através dos bancos comunitários. No entanto, “a exclusão financeira é a condição de 53 milhões de brasileiros.” (IPEA, 2011).

Notadamente, as pessoas à margem do sistema financeiro, em geral sofrem outros tipos de exclusão, como a social e econômica. São os pobres<sup>6</sup>, os extremamente pobres, aqueles que habitam em loteamentos irregulares, como favela ou invasões, que têm como fonte de renda o trabalho informal e precário, integrados a comunidades em que a quase totalidade dos membros está nas mesmas condições (SINGER, 2009).

Itabuna, município situado na microrregião Ilhéus-Itabuna, segundo o IBGE tem em 2011 uma população estimada em 210.604 habitantes. Os dados de pobreza e desigualdade de 2003 demonstram que a incidência de pobreza era de 42,83% da população.

Se por um lado houve avanços nos últimos 20 anos no que tange à ampliação de serviços financeiros, de microfinanças e microcrédito no Brasil, em suas regiões e cidades; do outro é latente o desconhecimento das instituições financeiras e microcreditícias quanto às estratégias, formais e informais utilizadas pelas comunidades, famílias e indivíduos pobres para superar a exclusão que lhe é imposta.

Portanto, tratar de exclusão financeira requer o entendimento das causas da pobreza e a dinâmica econômica das comunidades pobres no Brasil e em especial em Itabuna. A realidade, as estratégias, a criatividade exigida no cotidiano, a capacidade empreendedora, o capital social, as redes, as trocas, respondem em certa medida por “[...] quem tem acesso e a que tipo de serviço? Quais são as razões para a falta de acesso? Que tipos de serviços substitutos são usados para nutrir a vida financeira dos desbancarizados?” (DIAS, 2009, p. 241).

Desta forma, a presente pesquisa buscará responder à seguinte indagação: como as famílias pobres do bairro Maria Pinheiro, no município de Itabuna/BA, suprem suas necessidades de acesso a serviços financeiros?

Considerando-se as especificidades do Brasil e do município de Itabuna, as contradições sócio-econômicas, um sistema financeiro sofisticado e concentrado e as mudanças implementadas pelos seguidos governos nas últimas duas décadas, buscou-se

---

<sup>6</sup> A noção de pobreza absoluta comporta a demarcação da linha de indigência e da linha pobreza. A pobreza absoluta tem por base um nível de renda necessário para a estrita reprodução do indivíduo ou do grupo familiar. Os que estiverem abaixo dessa linha serão classificados entre os que vivem em situação de extrema pobreza. (KRAYCHETE, 2005, p. 251).

compreender melhor o funcionamento da economia do “andar de baixo” e de como as pessoas que compõem tal extrato lidam com as finanças formais e informais, ampliam as possibilidades do entendimento das limitações das instituições financeiras e microfinanceiras, bem como das metodologias utilizadas e dos produtos e serviços que ofertam.

Além disso, a partir da pesquisa de campo foi possível perceber os resultados das políticas de expansão do crédito e do esforço de bancarização promovido pelo governo federal destinado à população mais pobre do Brasil.

## 1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho discute a exclusão financeira no Brasil, as estratégias de bancarização e os efeitos na vida financeira de famílias e indivíduos pobres ou extremamente pobres, residentes no bairro Maria Pinheiro, município de Itabuna/BA.

Desdobrando o enunciado acima, pode-se dizer que essa investigação:

- a) Apresenta as relações entre pobreza e a falta de acesso a serviços financeiros;
- b) Identifica o acesso aos serviços financeiros, os tipos de serviços (formais e informais), dificuldades e as razões de acesso (ou não acesso) da população em estudo;
- c) Analisa as políticas governamentais de âmbito federal na última década que tenham como objetivo a ampliação do acesso da população pobre a serviços financeiros e os seus desdobramentos.

## 1.3 SOBRE A PESQUISA

O universo de investigação e análise deste estudo é o município de Itabuna, o qual está localizado no estado da Bahia e pertence à microrregião Ilhéus-Itabuna, apresentando estimadamente uma população de 210.604 habitantes, com 97,84% desse total residindo na área urbana, com “densidade demográfica de 475 habitantes por km<sup>2</sup>” (IBGE, 2007, p.1).

Especificamente, a pesquisa concentra-se no bairro Maria Pinheiro, situado num conglomerado de bairros (Daniel Gomes, Fonseca, Pedro Jerônimo, Zizo) no sudeste de Itabuna, que tem uma população estimada em 25.000 pessoas. Foi escolhido o bairro Maria



Pinheiro em função de estar, segundo Trevisan (2002, p. 5), “em uma extensa zona urbana de acentuada pobreza e a mais densamente povoada do município”.

O bairro Maria Pinheiro foi criado no início da década de 1980, a partir de uma desocupação promovida pela Prefeitura Municipal de Itabuna, a qual removeu as famílias de áreas ribeirinhas para localidade que hoje é o bairro. O nome atribuído ao bairro foi uma homenagem do então prefeito da época a uma cidadã, Sra. Maria Pinheiro, dentista muito presente nas comunidades pobres da cidade.

A crise da economia cacauêira na década de 1980 que atingiu fortemente a microrregião Ilhéus-Itabuna da Bahia empobreceu ainda mais a periferia das cidades, em especial, nos municípios de Itabuna e Ilhéus. Neste contexto, no bairro Maria Pinheiro viu-se aprofundar os problemas e as mazelas sociais já existentes em sua formação, conforme afirma Cruz Júnior (2009, p. 6) “a princípio não deveria ter se constituído em uma favela, pelo menos era o que dizia as autoridades da época, acabou se tornando um lugar de esquecidos, sem infra-estrutura, sem poder público...”.

Por registrar situações de violência, ganhando o noticiário na cidade, o bairro Maria Pinheiro ficou estigmatizado como violento território de tráfico de drogas. O fenômeno torna a vida das pessoas que residem no bairro ainda mais difícil, pois combinado com outras características (maioria de população negra e de baixa escolaridade) vem dificultando o acesso a trabalho formal e/ou de boa remuneração. Na sua maioria, as famílias vivem de trabalhos precários, bicos, serviços domésticos, construção civil, comércio informal.

As características do bairro, pobreza e exclusão social, o conhecimento e o acesso<sup>7</sup> da região da cidade por parte do pesquisador foram determinantes para a escolha local. Registra-se também que o autor atua nas microfinanças há mais de 10 anos, enquanto Diretor Executivo da Instituição Comunitária de Crédito Itabuna Solidária, o Banco do Povo de Itabuna, que tendo sua sede na referida cidade, fornece microcrédito produtivo orientado a cinco cidades da microrregião Ilhéus-Itabuna.

A presente pesquisa é um estudo de caso, a qual segundo Yin (2010, p.39), “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

---

<sup>7</sup> Desenvolve projeto de Banco Comunitário conduzido pelo Banco do Povo de Itabuna

Ao classificar o estudo de caso, Yin descreve quatro situações em que este se aplica: a primeira ocorre quando o caso em pauta é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada; a segunda razão tem haver por ser o fato extremo ou único, ou seja, situações instigantes e extremamente raras; a terceira tem haver com situações em que o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação científica; e a quarta situação seria por se tratar de fenômeno pouco investigado, o qual exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

O estudo de caso é exploratório, pois conforme Gil:

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (GIL, 1999, p. 43).

Assim, ao adotar o estudo de caso exploratório, levou-se em consideração justamente a natureza da pesquisa, os poucos estudos no Brasil que trazem uma análise, em que são consideradas as relações entre exclusão financeira e pobreza, e mais especificamente em áreas urbanas.

A pesquisa utilizou-se também de uma abordagem estatística descritiva, com utilização de dados primários colhidos a partir de pesquisa de campo, quem tem como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 1999, p. 44).

Assim, o desenvolvimento da pesquisa compreendeu: a) revisão do projeto de pesquisa; b) pesquisa e revisão bibliográfica; c) coleta de dados secundários; d) elaboração dos questionários; e) aplicação de pré-teste dos questionários; f) tabulação dos dados; g) análise dos dados; h) redação dos dados analisados; i) redação final do texto; j) revisão final do texto.

Para o desenvolvimento da pesquisa, constituição do problema e aprofundamento do tema foi necessária a pesquisa bibliográfica e documental. Para responder o problema de pesquisa, utilizou-se de pesquisa de campo e exploratória.

Inicialmente, para a elaboração do questionário foram produzidos dois modelos, um com questões objetivas e outro com questões abertas. Após revisão, decidiu-se por formatar

um questionário com quarenta questões objetivas, distribuído em três grupos de variáveis buscando responder:

- Perfil sócio-econômico dos entrevistados: sexo; cor; escolaridade; idade; tamanho da família; tempo de residência no bairro; moradia; tipo de moradia; renda familiar; religião; fonte de renda da família;

- Relações formais com o sistema financeiro: possuir vínculo com bancos e quais os bancos; demanda por serviços bancários; hábitos em relação aos serviços; dificuldade de acesso aos bancos; compras a prazo; compras no bairro; dívidas;

- Relações não monetárias: trocas de favores; empréstimos de objetos e serviços; e

- Percepção de melhoria da renda e de acesso a serviços financeiros.

Como a intenção da pesquisa não é generalizar os dados obtidos na amostra, tampouco a amostra de dados deva refletir precisamente a população do bairro Maria Pinheiro, utilizou-se uma amostra não probabilística convencional, em que os membros entrevistados foram selecionados por acessibilidade.

Para o cálculo da amostra foi utilizado o universo de domicílios existentes no bairro Maria Pinheiro. A Prefeitura de Itabuna em pesquisa de campo (PMI, 2006) informou que a localidade tem 1.000 domicílios. Ainda que alguns domicílios sejam coabitados, calculou-se a amostra a partir dos domicílios. Assim, com universo de 1.000 domicílios (PMI, 2006), com amplitude finita, com nível de confiança de 90% e erro de 10%, a amostra foi de 64, conforme modelo:

$$n = \frac{z^2 pqN}{z^2 pq + (N - 1)e^2}$$

Onde: N = 1.000;

Nível de Confiança = 90% (1,64);

p = 0,5;

q = 0,5;

e = 10%

Mesmo com amostra calculada em 64, foram aplicados 71 questionários, distribuídos nos três sub-espacos do bairro: 23 – Alto da Conquista; 24 – Baixa Fria; 24 – Pau do Urubu. A pesquisa de campo foi aplicada nos dias 21, 22, 23, 27 e 28 de dezembro de 2011. O acesso aos sub-espacos contou com o auxílio de Sra. Rose Silva, Agente Comunitária de Saúde. A presença da Agente Comunitária foi necessária para garantir tranquilidade ao entrevistado, em

função de se tratar de questões financeiras, e devido aos conflitos que ocorreram na última quinzena de dezembro entre traficantes do Bairro Maria Pinheiro e Pedro Jerônimo, tornando o ambiente hostil. Inclusive, no penúltimo dia da investigação, o pesquisador presenciou troca de tiros entre os traficantes. Ainda assim, o pesquisador foi muito bem recebido na comunidade, podendo assim explorar melhor a pesquisa, fundamental para o trabalho de observação e análise. Por fim, importa mencionar que para o tratamento estatístico dos dados utilizou-se dos softwares Excel e SPSS.

## 2 O BAIRRO MARIA PINHEIRO

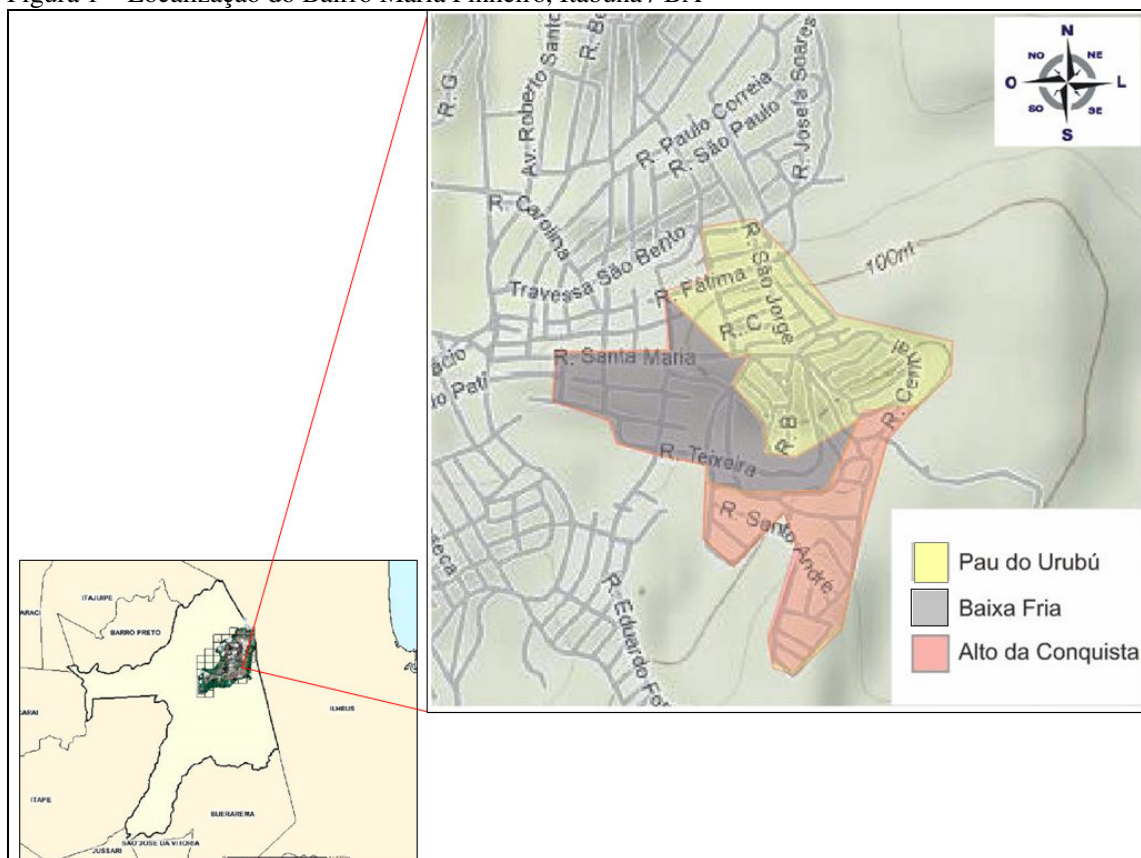
Existe pouca literatura sobre o bairro Maria Pinheiro e das que foram encontradas algumas são de baixa qualidade técnica. Neste contexto, um material que se destaca por apresentar um conteúdo com maior qualidade é o trabalho de Gonçalves (1999), que trata do “Surgimento da favela do Maria Pinheiro em Itabuna”. O trabalho aborda as condicionantes que levaram à criação e consolidação do bairro Maria Pinheiro, seus aspectos históricos, econômicos e estruturais.

O bairro em questão possui uma área estimada em 214.270 m<sup>2</sup> (GONÇALVES, 1999). Faz limite com os bairros Pedro Jerônimo, Daniel Gomes, Vale do Sol e com uma zona rural compreendida como fazenda Gaúcha. Segundo a PMI (2006, p. 43)

A área para criação do bairro foi desmembrada das Fazendas Vila Campo, Água Boa, Mucugê I e II e Duas Barras, medindo 80 Há, integrante ao conjunto de fazendas reunidas denominadas “Conjunto Gaúcha” de propriedade da Agropastoril Pedro Jerônimo Agropecuária e Imobiliária Ltda.

O bairro é constituído de aproximadamente 1.000 domicílios e 1.200 famílias (PMI, 2006). Atualmente, o bairro está dividido em três subespaços: Alto da Conquista, Baixa Fria e o Pau do Urubu, conforme Figura 1

Figura 1 – Localização do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA



**Fonte:** Google Maps 2008. Adaptação: Barreto (apud SILVA, 2009, p. 6).

Sua área é muito acidentada, com muitos morros e locais que são considerados inapropriados para a ocupação habitacional. O bairro Maria Pinheiro apresenta em sua área um crescimento desordenado, devido à ausência de planejamento urbano que contemple projeto de infra-estrutura necessária ao seu ordenamento (SILVA, 2009).

Figura 2 – Vista do Bairro Maria Pinheiro a partir da Creche Irmã Margarida. Bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA

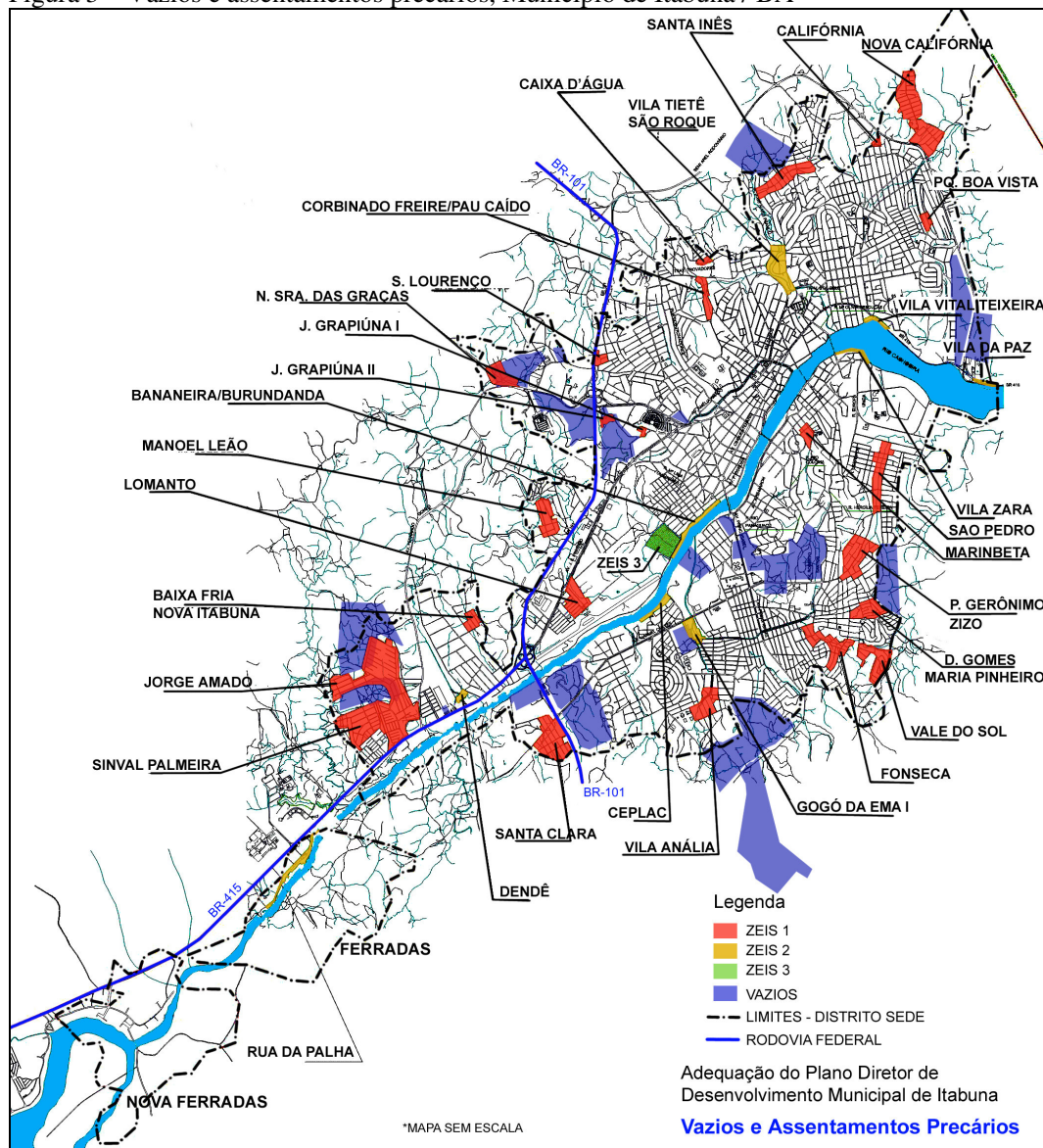


Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Em relatório da PMI (2006), a mesma informa que o bairro apresenta topografia com aclives e declives, com ausência de escadaria, rede de drenagem, área verde, pavimentação, equipamentos de lazer. Os serviços de telefonia, água, energia, coleta de lixo, iluminação pública e transporte coletivo são precários. A pavimentação é ausente em mais de 80% das ruas e parte destas são de difícil acesso. Não dispõe de escola da rede estadual de ensino médio.

Ainda que tenha a área desapropriada pela prefeitura, o bairro demanda regularização fundiária, pois não foram desmembrados os lotes e conseqüente registro individualizado para os respectivos moradores. Assim, devido às condições descritas, o bairro é enquadrado como “assentamento precário, de habitações sub-normais” passível de regularização fundiária. Em relação aos aparelhos públicos, nos últimos oito anos, o bairro passou a dispor de duas escolas municipais de ensino fundamental, uma creche e um posto de saúde (Figura 3).

Figura 3 – Vazios e assentamentos precários, Município de Itabuna / BA



Fonte: PMI, 2006.

## 2.1 PROCESSO E DINÂMICA DE FORMAÇÃO DO BAIRRO MARIA PINHEIRO

A localidade foi constituída como bairro em 10 de novembro de 1989, porém tem sua ocupação iniciada na década de 1980. A formação ocorre a partir de diversos fatores que tem como pano de fundo a confluência de dois setores da população excedente: rural e urbana. O município de Itabuna ao final da década de 1970 já tinha mais de 75% da população na cidade, pressionando a oferta de serviços públicos. Em princípio, as autoridades destinaram a área para a formação de um novo bairro, porém foi aberta uma nova área sem nenhuma infra-



estrutura. Gonçalves traz o relato da Sra. Marinalva Batista Santos: “[...] quando cheguei aqui em 1981, só tinha mato, capoeira e dendezeal, era o que se via muito neste local. Aqui não tinha água, não tinha luz, não tinha ônibus, não tinha nada. Tudo que a gente precisava, tinha que comprar no São Caetano (GONÇALVES, 1999, p. 40).

Diversos fatores contribuíram para ocupação desordenada do lugar, mais dois foram determinantes: as enchentes provocadas pela elevação do nível do Rio Cachoeira em 1980 e 1981, e a crise da lavoura cacauzeira no final da mesma década.

A enchente que ocorreu em 1980 foi uma das maiores do século XX em Itabuna, atingindo a população ribeirinha. Como medida emergencial, a prefeitura alocou as famílias nas escolas públicas e no estádio de futebol. Passando-se um ano, como forma de assistência social, o poder público da época desloca estas pessoas para a área precária do Maria Pinheiro que não contava com infraestrutura e urbanização. Gonçalves registra o depoimento do Sr. Domingos, morador do bairro:

*Eu morava num barraquinho localizado na beira do rio Cachoeira próximo da Avenida Kennedy. Foi quando aconteceu a grande enchente de 80, eu e minha família tivemos que correr para o Estádio Itabunão. Depois a gente voltou para o mesmo lugar. Em 81 outra enchente, e corremos novamente para o Itabunão, e ficamos um ano abrigado e morando no estádio. Depois veio o carnaval de 82, foi quando o Prefeito trouxe a gente para o Maria Pinheiro e fez a distribuição dos lotes de terrenos e doação de Eternit e tábuas, e conseguimos construir os nossos barracos, juntamente com outras famílias que encontravam-se desabrigadas [...] (GONÇALVES, 1999, p.38).*

O depoimento é bem ilustrativo do processo inicial de ocupação da área que hoje é o bairro Maria Pinheiro. O outro fator que contribuiu para o povoamento do bairro foi a crise da lavoura cacauzeira. No primeiro momento a cidade configurou-se pólo de convergência demográfica regional e mesmo não tendo expressão industrial, exercia no âmbito regional forte influência nas áreas do comércio e oferta de serviços, isso devido à monocultura do cacau. Esses aspectos a tornam um atrativo para a população do campo, mesmo não tendo condições econômicas de absorvê-la.

A crise da economia cacauzeira inicia-se com a queda dos preços do produto em meados da década de 1980, seguida de forte estiagem que compromete a produtividade, resultado em fortes perdas para toda economia. Ao final da década de 1980, a lavoura cacauzeira passa a sofrer com mais um problema, a doença da “vassoura de bruxa”, que

levaria a economia de toda região ao fundo do poço, gerando uma ressaca de mais de duas décadas.

Se a cidade já atraía trabalhadores em função das oportunidades dos setores de serviços, a crise da economia cacauceira tonifica tal movimento. Em pesquisa realizada no bairro Maria Pinheiro, Gonçalves (1999) identificou que em relação à natureza das atividades econômicas exercidas pelos chefes de famílias antes de migrarem para o bairro Maria Pinheiro, 71,42% estavam vinculados diretamente a cacauicultura, sendo que quase metade destes era originária do meio rural conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Natureza das atividades econômicas exercidas pelos chefes de famílias, antes de migrarem para a favela Maria Pinheiro, segundo setor de moradia urbano ou rural, discriminado por Itabuna e região (sic)

| Natureza das Atividades                                       | Rural          |                  | Urbano         |                | Total   |
|---|----------------|------------------|----------------|----------------|---------|
|   | Munic. Itabuna | Munic. da Região | Cidade Itabuna | Cidades Região |         |
| Vinculados diretamente à cacauicultura (Trabalhadores rurais) | 3,17%          | 28,57%           | 17,46%         | 22,22%         | 71,42%  |
| Prestação de serviços urbanos                                 | -              | -                | 3,17%          | 7,94%          | 11,11%  |
| Nenhuma atividade (Desemprego / sem ocupação)                 | -              | -                | 7,94%          | 9,53%          | 17,47%  |
|   | 3,17%          | 28,57%           | 28,57%         | 39,69%         | 100,00% |

**Fonte:** Gonçalves (1999, p. 33).

Gonçalves (1999) registra o seguinte depoimento da Sra Erenilza Silva Santos:

*[...] que o motivo de morar neste bairro, foi o seguinte: quando a gente morava na fazenda São José em São João do Panelinha, fomos despedidos e resolvemos vim para Itabuna. Chegando aqui nós não tinha condições de comparar uma casa. Aí meu marido comprou um barraco na feira do Bairro de Fátima, só que naquela época, o Prefeito Fernando Gomes disse que as pessoas que morava naquele local, era para vim receber um lote de terreno, porque a gente tinha que ser transferido para outro local da cidade, pois a Prefeitura iria ampliar a feira. Foi quando eles reuniu com os moradores para fazer a distribuição dos terrenos aqui no Maria Pinheiro [...]* (1999, p. 37).

O descompasso entre a chegada de migrantes e a oferta de empregos empurra famílias inteiras para a periferia das cidades, locais estes que são marcados pela ausência do poder público, pobreza extrema e violência. Ao concluir o estudo Gonçalves (1999) afirma:

Ali não encontraram espaço no mercado de trabalho para sua reprodução

social com dignidade humana, vindo a ocupar somente posições de baixa remuneração e qualificação no setor de serviços ou não logrando sequer ocupação e o processo de diferenciação social inerente à dinâmica do sistema econômico-social os foi excluindo e empurrando para a margem. (GONÇALVES, 1999, p. 52).

## 2.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO BAIRRO MARIA PINHEIRO

Ao caracterizar a região na qual se insere o bairro Maria Pinheiro, Trevisan (2002, p. 7), afirma ser “[...] uma extensa zona urbana de acentuada pobreza e, provavelmente, mais densamente povoada”. Segundo pesquisa de Trevisan (2002), o percentual de pais e tutores analfabetos era de 49%; de pais e tutores desempregados era de 38%; desemprego de 20%.

Para Demeter (2005, p. 6) o bairro Maria Pinheiro compõe a zona periférica de Itabuna que tem como características:

[...] a pouquíssima quantidade de entidades organizadas, tendo sua população majoritariamente afrodescendente vivenciando seríssimos problemas de desemprego, falta de saneamento básico, com insuficiência e precariedade de oferta de vagas municipal de ensino, e ausência total de vagas na rede estadual, e onde se registravam ocorrências de casos de violência e de negação de acesso a direitos. Local de absoluta falta de perspectivas para jovens que muitas vezes alegavam serem discriminados quando disputavam vagas no mercado de trabalho, não só por serem afro-descendentes, mas porque residiam neste bairro e suas adjacências.

As características sócio-econômicas das famílias que residem no bairro Maria Pinheiro revelam o quadro de exclusão social acima descrito. Buscando caracterizar melhor as famílias, foram aplicados 71 questionários, correspondendo a 7,4% dos domicílios ocupados do bairro. 70,4% dos entrevistados são mulheres e 29,6% são homens. Quanto à cor, 14,1% são brancos, 38% são pardos e 47,9% são pretos. Como percebido por Demeter (2005), uma população majoritariamente afro-descendente.

Ao observar a escolaridade dos entrevistados 46,48% possui o primário completo, o que hoje corresponde ao fundamental I (Tabela 2). Nota-se também um número significativo de pessoas não alfabetizadas, 14%. Em 1999 Gonçalves (1999, p. 50) apontava um percentual de analfabetos na ordem de 52,38% e semi-analfabetos 31,75%.

Tabela 2 – Nível de escolaridade, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA

| <b>Escolaridade</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>      | <b>% Acumul</b> |
|---------------------|-------------------|---------------|-----------------|
| N Alfabetizado      | 10                | 14,08         | 14,08           |
| Alfabetizado        | 13                | 18,31         | 32,39           |
| Primário completo   | 10                | 14,08         | 46,48           |
| 1º G Incompleto     | 20                | 28,17         | 74,65           |
| 1º Grau             | 1                 | 1,41          | 76,06           |
| 2º G Incompleto     | 6                 | 8,45          | 84,51           |
| 2º Grau             | 8                 | 11,27         | 95,77           |
| Sup Incompleto      | 2                 | 2,82          | 98,59           |
| Superior            | 1                 | 1,41          | 100,00          |
| <b>Total</b>        | <b>71</b>         | <b>100,00</b> |                 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando confrontado o nível de escolaridade com cor, observa-se que os negros são os menos escolarizados em números absolutos, representando 26,7% do total dos entrevistados. Em pesquisa publicada em 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA (2008, p. 5), ao cruzar os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Por Domicílio (PNAD) de 2006 concluiu que no Brasil ainda “os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores”.

Tabela 3 – Nível de escolaridade e cor, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA

|                   | <b>Branco</b> | <b>Pardo</b> | <b>Preto</b> | <b>Total</b> |
|-------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| N Alfabetizado    | 0             | 3            | 7            | <b>10</b>    |
| Alfabetizado      | 2             | 4            | 7            | <b>13</b>    |
| Primário completo | 3             | 2            | 5            | <b>10</b>    |
| 1º G Incompleto   | 4             | 12           | 4            | <b>20</b>    |
| 1º Grau           | 0             | 0            | 1            | <b>1</b>     |
| 2º G Incompleto   | 0             | 1            | 5            | <b>6</b>     |
| 2º Grau           | 0             | 4            | 4            | <b>8</b>     |
| Sup Incompleto    | 1             | 1            | 0            | <b>2</b>     |
| Superior          | 0             | 0            | 1            | <b>1</b>     |
| <b>Total</b>      | <b>10</b>     | <b>27</b>    | <b>34</b>    | <b>71</b>    |

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Em relação à idade dos entrevistados, a média é de 42 anos, com a mediana em 40. A idade mínima foi de 19 anos e máxima de 71 anos. Quando observado as informações de idade e escolaridade, nota-se que os não alfabetizados têm mais de 35 anos.

Quanto ao tamanho médio das famílias, a maioria tem três pessoas, com média de 3,3, a mesma identificada para o município de Itabuna no censo 2010 (Tabela 4).

Tabela 4 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA

| <b>Tamanho da Família</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     | <b>% Acumul</b> |
|---------------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| 1 Pessoa                  | 8                 | 11,3         | 11,3            |
| 2 Pessoas                 | 15                | 21,1         | 32,4            |
| 3 Pessoas                 | 21                | 29,6         | 62,0            |
| 4 Pessoas                 | 11                | 15,5         | 77,5            |
| 5 Pessoas                 | 9                 | 12,7         | 90,1            |
| 6 Pessoas                 | 4                 | 5,6          | 95,8            |
| 7 Pessoas                 | 1                 | 1,4          | 97,2            |
| 8 Pessoas                 | 2                 | 2,8          | 100,0           |
| <b>Total</b>              | <b>71</b>         | <b>100,0</b> |                 |

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2011.

A maioria dos entrevistados reside no bairro a mais de 10 anos, 69%, e uma pequena parcela, 17%, nasceu e se criou na localidade. Ainda que na pesquisa não tenha constado pergunta sobre em que município, meio rural ou urbano, tenha residido antes de morar no bairro Maria Pinheiro, observou-se que os entrevistados com idade acima de 40 anos tinha origem no campo antes de se deslocar para o bairro Maria Pinheiro. Alguns inclusive chegaram ao bairro por intermédio de parentes que já residiam no local. Em determinadas ruas quase todos têm laços de parentesco. Gonçalves (1999, p. 47) identifica em sua pesquisa que “[...] 38,1% dos chefes de família originaram-se de outras favelas da cidade, 34,92% do campo para a favela e 26,98% de bairros de Itabuna para a favela” (sic).

Quando perguntado sobre as condições de moradia a maioria, ou seja, 76% informou deter a propriedade do imóvel, do restante 7% são cedidas e 17% são alugadas. Segundo a Prefeitura Municipal de Itabuna, os imóveis do bairro Maria Pinheiro dispõem de documentos precários, apenas contratos de compra e venda sem o devido registro em cartório já que a área não foi regularizada ainda, pertence a Pedro Jerônimo Agropecuária, todos sujeitos a aforamento, impedindo a posse em definitivo dos imóveis. A ausência de regularização provoca um conjunto de outros problemas aos moradores da localidade, já que os registros junto à prefeitura são precários, não dispendo de código postal ou mesmo de identificação das ruas, causando uma série de outros transtornos. As casas na sua maioria são de tijolo e térreo, com poucos cômodos e algumas não dispõem de banheiro.

A baixa escolaridade, a cor e mesmo a localização da moradia influenciam no nível de renda das famílias, como demonstra a Tabela 5, na qual se observa que 64,8% das famílias pesquisadas recebem até um salário mínimo. Em 1999, Gonçalves apontava que 38,1% das famílias não tinham renda e que 19,05% tinham renda de menos de um salário mínimo.

Tabela 5 – Renda familiar por faixa de salário, bairro Maria Pinheiro, Itabuna / BA

| <b>Renda Familiar</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     | <b>% Acumul</b> |
|-----------------------|-------------------|--------------|-----------------|
| 1/4 Salário           | 6                 | 8,5          | 8,5             |
| 1/2 Salário           | 10                | 14,1         | 22,5            |
| 1 Salário             | 30                | 42,3         | 64,8            |
| 1 1/2 Salário         | 3                 | 4,2          | 69,0            |
| 2 Salários            | 20                | 28,2         | 97,2            |
| 3 Salários            | 2                 | 2,8          | 100,0           |
| <b>Total</b>          | <b>71</b>         | <b>100,0</b> |                 |

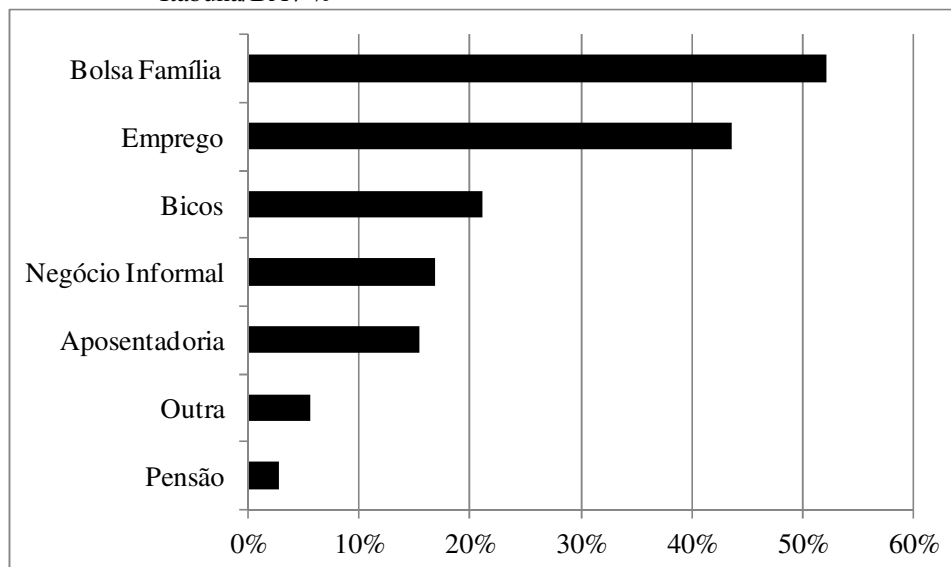
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando se cruzam os dados de renda familiar com quantidade de pessoas por domicílio, percebe-se que a renda per capita é baixa, com 41% das famílias abaixo da linha de pobreza, dispondo de até ¼ do salário mínimo; 32% têm renda per capita maior que ¼ até 2/4 do salário mínimo e o restante, 27%, dispõe de mais de 2/4 até um salário mínimo.

Na Figura 4, observa-se que mais de 50% dos entrevistados tem a contribuição do programa bolsa família na composição da renda, seguido de emprego/salário com 44% e bicos com 21%. Este último ficou evidenciado que, na sua maioria, são serviços de domésticas e diaristas para as mulheres e serviços de pedreiro no caso dos homens. Todos demonstraram que desenvolvem trabalho sem regularidade e com baixa remuneração. Não surgiram como fonte de renda negócio formal e pensão judicial.

Dos entrevistados que ganham menos, 62,5% dos domicílios tem o benefício do Programa Bolsa Família na composição da renda e 25% dos domicílios bicos. Já para os domicílios que tem uma renda maior, 50% têm renda de salário, 25% de aposentadoria e 25% de bicos na composição da renda. Naturalmente, aquelas famílias que tem como fonte de renda a aposentadoria dispõem de renda familiar igual ou superior a salário mínimo.

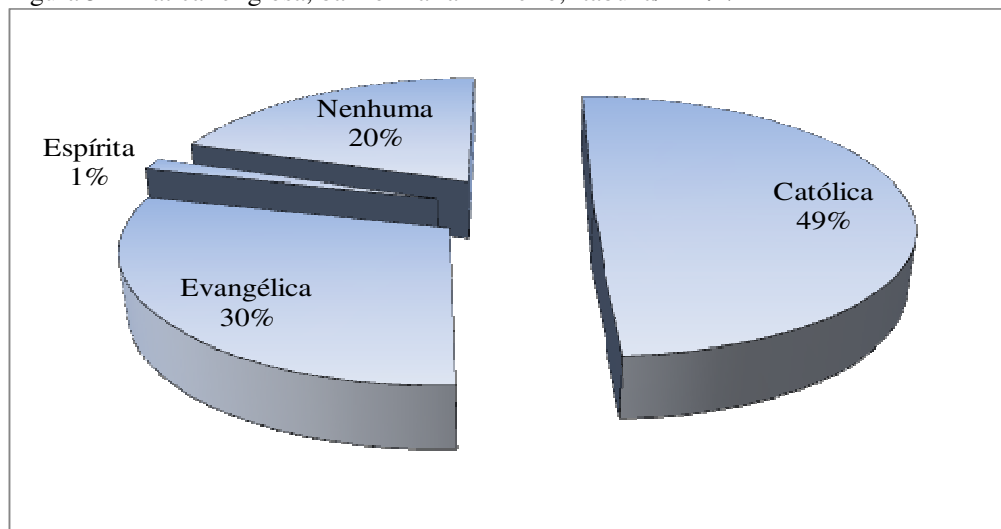
Figura 4 – Fontes para composição da renda dos domicílios, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A religião predominante é a católica, porém os evangélicos representam 30% dos entrevistados. É relevante também o número dos que disseram não ter religião. Um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em agosto de 2011 demonstrava que entre 1991 e 2009 o número de católicos diminuiu em 18,19%, o de evangélicos aumentou em 110% e os que declaravam não ter religião cresceu 41,47%, estes representavam em 2009 respectivamente, 68,43%, 20,22% e 6,72%. No bairro Maria Pinheiro, evangélicos e sem nenhuma religião estão acima da média e católicos abaixo da média nacional.

Figura 5 – Prática religiosa, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando observados, os dados levantados na pesquisa com as informações apresentadas por Gonçalves, a partir de pesquisa realizada em 1999, nota-se que houve melhora na infra-estrutura do bairro Maria Pinheiro e mesma nas condições de vida geral das famílias, como a renda, escolaridade e também as fontes de renda.



### 3 EXCLUSÃO FINANCEIRA

Por que milhares de pessoas não têm acesso ao crédito? Por que instituições bancárias convencionais dizem não poder emprestar dinheiro a pessoas de baixa renda? Por que algumas regiões dispõem de mais agências bancárias do que outras? Existe relação entre pobreza e exclusão financeira? Estas e outras questões são abordadas a partir do início da década de 1980, porém somente a partir da década de 1990 a exclusão financeira ganha importância nos meios acadêmicos, nos organismos governamentais, multilaterais e não governamentais.

Parte da discussão inicial acerca da exclusão financeira tinha relação com questões geográficas, especificamente a distribuição espacial dos bancos e seus congêneres. As reestruturações do setor financeiro ocorridas na Europa e nos Estados Unidos provocaram um conjunto de estudos buscando entender o porquê de tal movimento e que impactos produziriam nas várias localidades, em especial nas mais pobres.

Leyshon e Thrift identificaram em pesquisa que ocorreu: (i) uma considerável redução de agências bancárias, em comunidades mais pobres, alimentadas por políticas de habitação que criaram concentrações localizadas de pessoas pobres na periferia de grandes cidades; (ii) durante o mesmo período, amplia-se a concentração dos bancos em cidades maiores, grande centros urbanos; e (iii) os problemas de acesso físico foram fortalecidos pela dificuldade das famílias em se deslocar, em função da ausência de carro ou o receio de se utilizar do transporte público (LEYSHON; THRIFT, 1995).

Assim, ao decidir instalar uma agência, os bancos levam em consideração uma série de fatores, que vai desde a renda da região, ao nível de riqueza e a gama de informações disponíveis de seus demandantes. Menezes afirma que:

Como as instituições financeiras assumem que o risco de prejuízo ou inadimplência é inversamente proporcional à renda e à riqueza de seus clientes, ocorre que, espacialmente, a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos desprovidos. (MENEZES, 2007, p. 4).

No entanto, já a partir da década de 1990, a intensidade e diversidade dos estudos foram demonstrando que a exclusão financeira não se restringia às questões somente de localização. Outros aspectos foram debatidos e identificados conforme comenta Kempson, (*et. al* , 2000, p. 10) avançando no sentido de listar as várias faces da exclusão financeira, que são:

Exclusão de acesso: a restrição de acesso através dos processos de avaliação de riscos;

Exclusão condição: onde as condições associadas a produtos financeiros torná-los inadequado para as necessidades de algumas pessoas;

Exclusão de preço: onde algumas pessoas só podem ter acesso a produtos financeiros a preços que não podem pagar;

Exclusão de marketing: pelo qual algumas pessoas estão excluídas, visando comercialização e vendas;

Auto-Exclusão: as pessoas podem decidir que não há sentido em buscar um produto financeiro, porque eles acreditam que seria recusado. Às vezes isto é resultado de ter sido recusado, pessoalmente, no passado, às vezes porque conhece alguém que tenha sido recusado, ou por causa de uma crença de que "eles não aceitam pessoas que vivem por aqui".

Crocco et al (2011, p. 7) afirma que “neste sentido, os estudos sobre exclusão financeira passaram a ampliar o espectro de análise buscando incluir não somente o acesso a serviços financeiros, mas também o seu uso e suas conseqüências sociais”. Desta forma, a exclusão financeira é tratada num contexto maior de exclusão social, em que a inclusão financeira é a “cidadania financeira” (LEYSHON; THRIFT, 1995).

Para Crocco et al (2001) o grau de cidadania financeira pode ser definido a partir da intensidade da exclusão sofrida pelos indivíduos.

Em primeiro lugar, estariam aqueles indivíduos que gozam de plena cidadania, possuindo acesso amplo e irrestrito a uma gama enorme de serviços financeiros, compatíveis com a respectiva renda. Tais indivíduos podem utilizar o sistema financeiro de forma a usufruir de toda a potencialidade por ele oferecida, quer seja em termos de preservação e valorização de riqueza, quer seja em termos de acesso a recursos para a realização de oportunidades.

[...] poder-se-ia dividir em dois grupos os indivíduos que sofrem exclusão financeira, de acordo com o grau de cidadania financeira a que estão submetidos: ausente ou limitada. No primeiro caso, estariam os “sem banco”, que são aqueles que não possuem conta bancária de transação em qualquer instituição bancária formal e/ou aquele que não está, de forma permanente, relacionado a outra pessoa que possui este tipo de conta. No segundo caso estariam os sub-bancarizados, que são indivíduos que possuem acesso restrito a serviços bancários. (CROCCO, 2001, p. 9).

Assim, a exclusão social aqui compreendida como um conjunto de privações econômicas, sociais e civis, de acesso a políticas de educação, saúde, a renda, a habitação, ao emprego, a cultura, a vida política, a dignidade humana, potencializa a exclusão financeira e vice-versa. Para Menezes, (2007, p. 13) “a exclusão financeira gera um processo circular vicioso, já que a falta de acesso aos serviços bancários dificulta o desenvolvimento, o que por sua vez leva a uma posição ainda mais reticente por parte do sistema financeiro”, resultando

numa exclusão não somente financeira mais social e econômica. Leyshon (2003, *apud* MENEZES, 2007, p. 13) “advoga que a exclusão financeira tem participação ativa na produção da pobreza urbana e rural. Não obstante, o desenvolvimento local é dificultado pois a ausência de uma infra-estrutura financeira aumenta os custos de informação e transação”.

A partir desta compreensão, a inclusão financeira passa a funcionar como um instrumento que atua reduzindo a pobreza, possibilitando o desenvolvimento econômico e social. Esta visão é ampliada quando a Organização das Nações Unidas passa a adotar o conceito de desenvolvimento humano, que segundo o PNUD (2010, p. 2) “é o processo de alargamento das opções das pessoas, realçando a liberdade para ser saudável, receber instrução e desfrutar de um padrão de vida digno”.

Kraychete (2005a), em relevante e reveladora tese que trata do papel das Nações Unidas na formulação das políticas de inclusão financeiras preconizadas a partir da década de 90 diz que “o conceito de desenvolvimento humano como noção básica para orientações de suas políticas deriva do pensamento de Amartya Sen. Para Sen (2000, p. 17) “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Assim, desenvolvimento não se restringe apenas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PNB), elevação das rendas dos indivíduos, industrialização, modernização tecnológica ou o desenvolvimento de novas tecnologias sociais. Segundo Sen (2000, p. 18):

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Na centralidade do debate acerca do desenvolvimento está a equidade de oportunidades, mesmo reconhecendo a necessidade de crescimento econômico sustentável e a garantia das pessoas no processo de decisão. A equidade de oportunidades pressupõe que cada pessoa tenha acesso aos recursos adequados a sua necessidade, admitindo o tratamento desigual aos desiguais (KRAYCHETE, 2005a).

Em 1990 o Banco Mundial estimou em 1 bilhão o número de pobres que viviam com renda equivalente a um dólar . Dado o desafio, o banco propõe aos países pobres e desenvolvidos um conjunto ações objetivando o combate e minoração da pobreza. Todas elas deveriam ser orientadas pelo mercado, cabendo ao Estado atuar onde houvesse a falhas (KRAYCHETE, 2005a).

Assim, o Banco Mundial e a ONU propõem um conjunto de diretrizes e ações. e dentre elas, aquelas que têm na inclusão financeira a possibilidade de permitir que os pobres possam participar do crescimento econômico, como: (i) criação de oportunidades para que os pobres venham ter acesso ao crédito, podendo ajudá-los a acumular ativos e a manter seu consumo nos tempos difíceis; (ii) criação de instituições específicas para o atendimento das necessidades financeiras dos pobres. Diferentemente de outros períodos, o Banco Mundial propõe serviços financeiros sem subsídio para os pobres, concluindo que ao longo das décadas crédito barato não resolveu, “não ajudaram os pobres”.

É neste cenário que cresce a partir da década de 1980 e ganha força a partir da década de 1990 a estratégias dos estados nacionais em ampliar o acesso a serviços financeiros, em um processo que vai desde a simples bancarização a programas para criação de instituição de microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo nas regiões periféricas do planeta.

### 3.1 AS MICROFINANÇAS E O MICROCRÉDITO

O desafio de superar a barreira do ceticismo foi enfrentado pelas próprias comunidades e por estudiosos nas últimas décadas, partindo da necessidade em desenvolver uma tecnologia que possibilitasse a estas comunidades o acesso a produtos financeiros, criando assim um ambiente favorável, juntamente com outras políticas, ao desenvolvimento econômico e social.

Mesmo com poucos estudos que demonstrem a correlação positiva entre a implementação de programas microfinanceiros e a redução da pobreza, foi partindo desta crença que muitas instituições foram criadas na década de 70, e juntamente a estas, todo um conjunto de princípios, valores e crenças que norteiam hoje as atividades na área de microfinanças. É o caso do Grameen Bank, instituição de microfinanças de Bangladesh, criada a partir de um programa de pesquisa de iniciativa do economista e professor Muhamad Yunus, no ano de 1976.

O professor Yunus, sensibilizado pela situação de pobreza por qual passavam as aldeias circunvizinhas à universidade em que lecionava e observando as estratégias das artesãs em conseguir as matérias-primas necessárias à confecção de seus produtos, decidiu emprestar, do próprio bolso, pequenas quantias em dinheiro, garantindo assim o capital de giro, já que nas instituições bancárias dificilmente estas pessoas conseguiriam recursos para suas atividades econômicas. Para Yunus, a situação de pobreza deve ser superada a partir de

outra perspectiva, tendo o ser humano não como sujeito passivo, mas como principal agente da transformação, “porque todos os seres humanos têm um dom inato, a capacidade de sobreviver. O fato de os pobres estarem vivos por si só prova essa capacidade.” (YUNUS 2002, p. 272). Partindo do princípio que todos os cidadãos podem ser empreendedores, o professor Yunus enxerga nas instituições microfinanceiras, dotadas de tecnologia adequada, a oportunidade para que os cidadãos saiam da situação de penúria:

Precisamos construir e criar instituições para ajudar os empreendedores, porque são eles que fazem as coisas acontecerem. [...] Minha idéia e meu conceito é que todo ser humano é uma empreendedor em potencial. [...] Como todos podem ser empreendedores, precisam então de instituições financeiras diferentes das tradicionais. Dessa forma, creio que o crédito deve ser aceito como um dos itens dos direitos humanos, porque tudo o que precisa ser feito necessita de dinheiro. (YUNUS , 2002, p. 1).

A novidade apresentada por Yunus foi conceber a possibilidade de criar instituições que ofertassem produtos financeiros a populações pobres, sem perder de vista o lucro ou a sustentabilidade do empreendimento financeiro. Até então as experiências primavam por programas carregados em subsídios, que levavam em consideração a incapacidade dos pobres em superar a situação na qual estavam inseridos e o poder milagroso do crédito. O fracasso das políticas implementadas pelos bancos estatais é relatada por Vega (2000, p. 27):

[...] parte da explicação sobre o fracasso quase generalizado de bancos estatais de desenvolvimento agropecuário está na utilização das finanças com propósitos para os quais elas não são boa ferramenta. Com o crédito, procurou-se promover certos cultivos, acelerar a adoção de novas práticas, compensar os efeitos negativos de políticas repressivas agropecuárias e redistribuir a riqueza. Mas esses problemas não se resolvem com o crédito, por mais subsidiado que seja.

Vega (2000, p. 27) continua sua argumentação falando do papel do crédito:

O crédito não é capaz de criar um mercado inexistente para um produto que não possui demanda, ou construir um caminho cuja inexistência impede a comercialização de um cultivo [...] O crédito não pode aliviar a pobreza se o ambiente não possui oportunidades produtivas, se não oferece acesso aos ativos ou aos mercados necessários para aproveitar essas oportunidades. Somente quando a oportunidade produtiva existe, o crédito é capaz de cumprir funções próprias de intermediação financeira.

Foi a constatação dos equívocos cometidos pelos bancos públicos que operavam programas de crédito e o desenvolvimento de novos conceitos e valores, que nasceram

instituições como o Grameen Bank e outras do gênero em várias partes do mundo, objetivando ofertar uma variedade de produtos financeiros destinados a camadas das populações de baixa renda. Com políticas diferenciadas, a depender da região ou país, estas operadoras trazem alguns valores e práticas comuns, constituindo-se assim, a indústria de microfinanças, o conjunto de instituições microfinanceiras. Parente (2002, p. 16) define microfinanças como “a prestação de uma gama de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, serviços bancários) adequados e sustentáveis para a camada da população de baixa renda.”

Toscano (2002, p. 1) detalha mais a atuação das instituições de microfinanças:

[...] além de ofertar créditos, oferecem outros produtos como financiamento para o consumo de pequenas utilidades domésticas, tratamento médico, reforma ou construção de moradia, lazer, etc. Entretanto, o mais importante é que as mesmas – conforme legislação do país sede – podem captar recursos do público, oferecer títulos de capitalização, poupança programada, enfim, atuar nas duas pontas do crédito: na oferta e na captação.

Outras instituições foram criadas também em várias partes do mundo com o intuito de operar créditos de pequena monta para empreendimentos de pequeno porte, combinando características próprias na análise, concessão e acompanhamento do crédito. Estas instituições foram denominadas de “Instituição Microcreditícias”, operadoras de microcrédito. Desta forma Parente assim define microcrédito:

[...] é apenas um dos serviços financeiros no âmbito das microfinanças. Além de pequena monta, o crédito é direcionado a um público de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia.

O conceito também implica a noção de adequação ao público alvo, o que supõe formatação para a clientela em termos de facilidade de acesso, oportunidade do crédito, valores compatíveis com a real necessidade e a capacidade de pagamento dos tomadores. Por outro lado, no que diz respeito à adequação as instituições emprestadoras, o microcrédito engloba a noção central de sustentabilidade, que tem a ver com permanência, continuidade, segurança e viabilidade das operações. (PARENTE, 2002, p. 16).

Para Rosa (1998), o sistema utilizado pelas operadoras do microcrédito difere do tradicional pois:

[...] objetiva atender aqueles microempresários que estão fora do mercado formal de crédito, porque não podem corresponder às exigências de documentos, não têm garantias reais e o tamanho do negócio está aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento para a geração de emprego e renda. (ROSA, 1998, p. 2).

Nota-se que Parente (2002) inclui a sustentabilidade como princípio, o que pressupõe uma ação não assistencialista, não paternalista, em que a taxa final a ser cobrada do tomador deve cobrir os custos operacionais, o risco inerente a operação de crédito e uma pequena taxa de remuneração do capital. No entanto, nem todos os programas ou instituições de microcrédito operam nesta perspectiva, alguns subsidiam a taxa de juros final ao tomador, o que não invalida o termo microcrédito.

Outro aspecto importante é o crédito para pequenos negócios, ou seja, crédito produtivo. O microcrédito caracteriza-se também pelo público-alvo a que se destina o crédito, proprietários de empreendimentos de pequeno porte, o que chamaremos de microempreendimentos.

Várias são as interpretações quanto à definição de microempreendimentos, pequenos empreendimentos, e os microempreendedores, os proprietários dos pequenos negócios. Desta forma esta pesquisa utiliza a definição de Dantas para o microempreendedor e empreendimento respectivamente:

[...] o pequeno empreendedor de baixa renda exerce uma atividade econômica por conta própria, nos setores de comércio, (em maior número) produção e serviço. Estas pessoas, devido ao fato de não terem acesso ao mercado formal de trabalho ou dele haver sido expulsas em período de crise e/ou reestruturação produtiva constituíram, utilizando a poupança de toda uma vida, um negócio por conta própria, como alternativa de sobrevivência.

[...] estes negócios podem ser definidos como unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente no dia a dia dos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família, dispendo de pouco capital e tecnologia rudimentar. (DANTAS, 2001, p. 1).

Para Souza (1980) e Cacciamali (1993) apud Rosa (1998, p. 616), o público alvo do microcrédito, materializado nos microempreendimentos e microempreendedores, possui algumas características comuns observadas em vários estudos feitos em programas e instituições existentes em países da África, Ásia e América Latina:

- a) os proprietários dispõem de um mínimo de capital fixo, utilizam poucos trabalhadores, familiares ou assalariados não registrados, e participam diretamente da produção, sem serem caracterizados como assalariados;
- b) não existe uma completa divisão de trabalho e o proprietário do negócio participa na produção sob as formas de patrão e de empregado;
- c) dispõem de instalações com aparência pouco sólida, semipermanentes, temporárias ou móveis (ambulantes);
- d) não participam no sistema de crédito formal e mantêm uma relação mínima com as instituições financeiras;

- e) dirigem e preservam sua atividade, muito mais, em virtude do emprego e do fluxo de renda absoluta gerados do que da busca de uma taxa de rentabilidade competitiva;
- f) as relações patrão, empregado e clientes são pessoais e a forma como serão exercidas dependerá da cultura, experiência de vida, personalidade e condições de vida do proprietário;
- g) o processo de produção poderá sofrer descontinuidades ou intermitência, em virtude das características do próprio negócio, do mercado ou do produtor;
- h) a situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, ou seja, não há uma separação clara entre as finanças do negócio e da família;
- i) a capacitação é obtida, em grande parte, através da experiência e do conhecimento do negócio do que da educação formal;
- j) a quantidade de unidades produtivas é determinada pela renda média auferida e pelo tamanho do mercado. Desta forma, se os negócios estiverem muito favoráveis, outras pessoas tendem a ingressar na atividade, reduzindo a renda média até um limite em que aquele espaço econômico não será mais atrativo para a entrada de novas microempresas.

O modelo de instituição de microfinanças e microcrédito que atuam ofertando crédito e outros serviços financeiros cresceu rapidamente em todo o mundo a partir da década de 1990, e mais especificamente nos países da Ásia, América Latina e África. Ainda que difundido como uma solução de mercado, em que agentes financeiros poderiam auferir lucros com a oferta de serviços microfinanceiros, as experiências tiveram forte apoio financeiro de organismos multilaterais e de governos nacionais.

O acesso as microfinanças foi reconhecido mundialmente como uma poderosa estratégia de inclusão social e combate a pobreza, a sua ampliação possibilitou que mais pessoas tivessem acesso a serviços financeiros, principalmente os mais pobres, no entanto, várias são as críticas em relação ao real impacto das microfinanças e em especial ao principal produto dela, o microcrédito produtivo.

Para David Roodman, pesquisador americano que em 2012 publicou o resultado de uma pesquisa<sup>8</sup> intitulado de “Auditoria: um questionamento impertinente sobre microfinanças”, as microfinanças:

[...] mostrou a possibilidade de oferecer serviços financeiros – poupança, seguros, transferências de dinheiro – para milhões de pessoas que precisam. Serviços financeiros são como água limpa e eletricidade: essenciais para uma vida confortável. Os pobres precisam de serviços financeiros mais do

---

<sup>8</sup> A pesquisa foi desenvolvida durante três anos a partir da análise de dados e muito debate em um respeitado blog (Microfinance open book, o “livro aberto das microfinanças”). As críticas e propostas que emergiram de lá estão no livro *Due diligence: an impertinent inquiry into microfinance* (em tradução livre, Auditoria: um questionamento impertinente sobre microfinanças, publicado nos Estados Unidos em janeiro de 2012, ainda sem previsão de lançamento no Brasil).



que os ricos, porque ser pobre significa ter renda pequena e volátil. Você precisa de meios para guardar o dinheiro nos momentos bons e usá-lo em tempos ruins. (RODMAN, 2012, p. 1).

No entanto Roodman (2012, p. 2) ressalta na pesquisa também que “a forma mais popular de microfinança, o microcrédito, não faz jus à promessa de tirar as pessoas da pobreza nem dar mais poder às mulheres”. Ele demonstra que foi encontrada uma variedade de resultados, alguns que criaram novas oportunidades para as pessoas e outros que serviram como armadilha, deixando as pessoas endividadas mais pobres. Para Roodman, o foco das microfinanças deveria facilitar o acesso a poupança, seguros e transferências bancárias.

Ainda que alguns estudos demonstrem as fragilidades de programas destinados especificamente ao microcrédito, esta modalidade de serviço financeiro continua crescendo no Brasil e no mundo.

### 3.2 AS FINANÇAS DE PROXIMIDADE

É relativamente novo o estudo sobre as finanças de proximidade, que tratam de modelos alternativos de finanças, em que os pobres passam a ter acesso a serviços básicos. Parece uma contradição, afinal se são pobres, como é possível que tenham vida financeira? Planejar minimamente o futuro – e não simplesmente gastar os poucos recursos de que se dispõe – parece um atributo de quem possui alguma sobra no fim do mês ou do ano. A distância entre o sistema bancário formal e a grande massa da população seria então explicada pela falta de demanda de serviços financeiros por parte daqueles que mal conseguem preencher necessidades básicas de sua sobrevivência.

Vários estudos demonstram uma impressionante diversidade de uso, portanto de demanda de serviços financeiros por parte dos mais pobres. Mesmo estes só conseguem a reprodução econômica porque obtêm crédito, fazem alguma forma de poupança e procuram o tempo todo se garantir contra imprevistos. Segundo Abramovay (2004):

A vida financeira das famílias pobres deve ser encarada sob o ângulo de suas ligações sociais: cada operação exprime vínculos, que podem ser de igualdade, de subordinação, de hierarquia, de cooperação, de exploração, mas que, de forma impressionante, revelam o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas. Os laços financeiros, neste sentido, são infinitamente mais ricos que os contidos na frieza impessoal da noção de “serviços bancários formais”. Eles são parte de uma rede de relações de proximidade. Nem todos os serviços e ligações financeiras dos quais dependem os indivíduos e as famílias poderiam ser supridos por organizações formais. Mesmo as sociedades mais avançadas mantêm vínculos personalizados de reciprocidade dos quais dependem os indivíduos

em sua reprodução. A vida econômica e financeira das famílias só pode ser compreendida a partir de sua inserção nos círculos sociais que lhe imprimem conteúdo e lhe dão sentido. (ABRAMOVAY, 2004, p.12).

As finanças informais são extremamente eficientes no âmbito restrito de relações localizadas, de amizade e até familiares. São especialmente hábeis na coleta de informações a respeito da reputação dos indivíduos, de sua disposição a pagar o que devem e do que fazem com o dinheiro que toma emprestado.

Mas é claro que as finanças informais não podem ser encaradas como solução econômica para a demanda de serviços financeiros dos que estão distantes do sistema bancário. É exatamente nesta virtude da proximidade que reside o limite das finanças informais: como toda moeda, as finanças informais não podem ser encaradas simplesmente como puro meio de troca. Elas encarnam os próprios laços sociais que constituem a existência dos indivíduos e das famílias: seu horizonte é de curtíssimo prazo, operam sobre a base de montantes de reduzido valor e raramente podem dar origem a investimentos produtivos inovadores. O alcance social das finanças informais restringe-se sempre a um círculo delimitado de relações onde o interconhecimento e a partilha de um universo moral relativamente comum permitem a expectativa de obtenção dos recursos e de seu pagamento (ABRAMOVAY, 2004).

Se é verdade que toda moeda supõe hierarquia, valores e poder, no âmbito das finanças informais estes atributos são particularizados em certas figuras sociais que, em situações e regiões de pobreza, fazem dos laços financeiros um dos mais importantes meios de perpetuar sua dominação. Esses laços, nas regiões mais pobres, costumam vincular a lealdade a formas frequentemente perversas de exploração do trabalho (SINGER, 2004).

Os programas de microcrédito, cujo alvo é justamente essas famílias, não conseguem quebrar esses laços, falta ao microcrédito dois outros instrumentos essenciais: o acesso à poupança e a mecanismo de seguro. Algo que os atuais 3,3 milhões de contas simplificadas - que exigem só os documentos de identidade e são também desenhadas para atender à população mais pobre - oferecidas por bancos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Falta ainda prestar atenção suficiente ao impacto positivo que a bancarização dessa população pode ter. Existe uma capacidade de investimento dessas famílias que está inibida pela falta de recursos. Mesmo o programa público de bancarização, no entanto, não

conseguirá inserir toda a população no sistema financeiro. Parte dos laços informais só cederia com instituições mais próximas à realidade da população mais pobre, papel que poderia ser exercido por cooperativas de crédito. O problema, neste caso, está na resistência da própria população em desfazer esses laços, que não são desprovidos, de ligações afetivas e morais (ABRAMOVAY, 2004).

### 3.3 AS VÁRIAS FRENTES DE INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL

No Brasil até a década de 1980 as iniciativas de ampliar o acesso a serviços financeiros eram dispersas e não faziam parte da agenda governamental em nenhum dos níveis de governo, existindo apenas experiências da sociedade civil<sup>9</sup>. No campo econômico, questões macroeconômicas povoavam a pauta dos interesses nacionais tais como o controle da inflação, a retomada do crescimento, a redução da dívida externa, a elevação do nível de investimento.

Com o fim dos governos militares, vários são os planos econômicos entre os governos dos presidentes José Sarney e Fernando Collor de Melo, objetivando estabilizar a economia e conseqüentemente trazer a inflação a um patamar aceitável, no entanto, os planos não lograram êxito.

Todo este cenário contribuiu muito para o baixo acesso a crédito e outros serviços financeiros por parte da população, pois os bancos deixavam de emprestar dinheiro e oferecer serviços bancários básicos, concentrando-se no financiamento da dívida pública.

A partir de 1994, com a implementação do Plano Real<sup>10</sup>, ocorre à redução drástica da inflação, o retorno do crescimento econômico, ainda que baixo, e a elevação da taxa de investimento. O principal elemento percebido claramente pela população foi à redução da inflação, que de imediato elevou a renda real nas mãos dos brasileiros.

O fim da ciranda financeira<sup>11</sup> experimentada até o plano real resultou numa mudança de horizonte dos bancos, que não mais conseguiam ampliar os seus lucros apenas comprando

---

<sup>9</sup> Na década de 1970 surge o Projeto UNO, por iniciativa e assistência técnica da Acción Internacional. Surgiu assim uma ONG especializada em microcrédito produtivo orientado. Na década de 1980 surge duas experiências de porte regional, a rede CEAPE e o Banco da Mulher (NASCIMENTO, 2008).

<sup>10</sup> Implementado em três etapas: ajuste fiscal de emergência, aprovando a Desvinculação de Receita da União (DRU) e flexibilizando um pouco a execução orçamentária; a eliminação da inércia da inflação através da criação da Unidade Real de Valor (URV); e a reforma monetária, transformando a URV e uma nova moeda, o "REAL". (NASCIMENTO, 2008).

<sup>11</sup> Fluxo de capital com objetivos apenas especulativo, sem causar impacto positivo sobre a economia real, a economia da produção, das empresas.

a dívida pública. Além disso, a elevação da renda dos mais pobres ampliou a demanda por consumo e crédito.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao tomar posse propõe uma agenda de desenvolvimento social e cria a Comunidade Solidária, que tinha dentre suas tarefas construir um espaço de diálogo com os vários atores: iniciativa privada, organizações não governamentais e outros níveis de governo, buscando soluções e modelos exitosos ou mesmo construir novos arranjos que tivessem como consequência a ampliação dos direitos das pessoas e o acesso a estes.

A partir de 1996 surgem às jornadas de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária que tinham como objetivo construir uma agenda social para o Brasil. Nas rodadas ganham força vários instrumentos voltados às alternativas de ocupação e renda, e o microcrédito ganha importância. Vale lembrar que neste período a ONU já tratava as microfinanças como uma política que ampliava as oportunidades e as possibilidades de desenvolvimento humano.

Conforme observado no Quadro 1, o governo FHC adota um conjunto de ações sinalizando uma estratégia que mira o fomento ao microcrédito produtivo através de organizações civis, cabendo ao BNDES o papel de impulsionar o setor, dispondo recursos financeiros para *funding* e fortalecimento institucional. Todas as demais medidas, com exceção daquelas que iniciam o marco legal dos correspondentes bancários, têm relação direta com o fomento e a regulamentação do microcrédito produtivo no Brasil. É também neste período que o governo federal cria o programa Credamigo, do Banco do Nordeste e surgem diversas organizações de microcrédito, na sua maioria apoiadas por governos municipais e pelo BNDES.

A atuação governamental ampliou o volume de crédito em poder dos microempreendedores, Kumar (2008, p.17) afirma que “a carteira de empréstimos das instituições de microcrédito no Brasil nesse período passou de 1,9 milhões para 129,3 milhões, entre 1994 e 2002”.

Nos dois governos de FHC o Brasil experimentou também fortes turbulências na economia, o que afetou o crescimento econômico e consequente a relação crédito x PIB. Somente ao final do governo, por orientação do Banco Central é que se inicia o processo que se chamaria de “bancarização”.

O governo Lula iniciado em 2003, diferentemente do governo FHC, (ver quadro 1) muda o foco da política de acesso ao crédito a partir de uma visão mais ampla, não mais voltado ao microcrédito produtivo, conforme afirma Nascimento:

A partir de 2003, uma nova equipe de política econômica optou pela manutenção da política econômica do governo anterior, porém, o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como o conceito de microfinanças, em sentido mais amplo, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população (base da pirâmide social) e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção. (NASCIMENTO, 2008, p. 61).

Dentre as primeiras ações do Governo Lula, a criação do Banco Popular do Brasil (BPB) foi a grande novidade, que tinha como meta a popularização do crédito, principalmente o crédito de consumo. O BPB não conseguiu alcançar o desejado e foi incorporado cinco anos depois pelo Banco do Brasil.

As outras estratégias do governo foram de ampliar ainda mais a atuação dos correspondentes bancários, criando mecanismos para obrigar os bancos a ofertar microcrédito a partir dos recursos da poupança, além de regulamentar o crédito consignado para aposentados e pensionistas.

O governo também normatizou e tipificou o “microcrédito produtivo orientado”, criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e estabeleceu os fundos que deveriam irrigar o programa, além de tabelar a taxa de juros.

Kumar (2008) ao comentar a estratégia do governo afirma:

[...] as políticas tradicionais para a expansão do acesso aos serviços financeiros, que enfatizam o racionamento de crédito quantitativo, taxas de juros baixas, com base em financiamentos com fontes de custos baixos e que são administradas por meio de bancos públicos brasileiros, apresentam um custo muito alto. Muitos desses programas falham em alcançar os beneficiários pretendidos e seus recursos tendem a ser retidos por um pequeno grupo de maior renda. (KUMAN, 2008, p.1).

Ainda no Governo Lula duas ações direcionadas a população de baixa são relevantes: a criação da conta simplificada<sup>12</sup> e o acesso dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) a estas mesmas contas. Segundo o BCB (2011, p. 73), em julho de 2011 “as contas simplificadas eram cerca de 10,4 milhões, sendo seis milhões ativas”. Famílias que recebem o PBF e tinham conta simplificada eram 3,2 milhões em 2011, no entanto apenas 1,92 milhões estavam ativas. Segundo o BCB:

---

<sup>12</sup> Dispensa comprovante de renda e não é cobrado taxas de manutenção, desde que observado os limites de movimentação, tais como não podem ter saldo superior a R\$ 2.000,00, nem somatório dos depósitos efetuados no mês superior a esse valor. A pessoa tem direito ainda a 4 saques, 4 extratos, 4 depósitos.

[...] a redução do número de famílias participantes deve-se, em parte, à exclusão de beneficiários do PBF e à falta de adequada orientação dos procedimentos de abertura de contas aos gerentes dos canais Caixa, o que gerou perda de várias contas abertas, que, mesmo estando sujeitas a requisitos simplificados de identificação, não contavam com documentação adequada. (BCB, 2011, p. 107).

Quadro 1 – Ações adotadas pelo governo federal objetivando a bancarização, a inclusão financeira, 1994 - 2011

| <b>Ano</b> | <b>Ato</b>  | <b>Detalhamento</b>  |
|------------|---|--|
| 1994       | Plano Real  | Tinha como objetivo estabilizar a economia, reduzir a inflação e produzir um crescimento sustentado.   |
| 1995       | Criação da instituição PORTOSOL, Porto Alegre Solidária   | Instituição voltada ao microcrédito produtivo, criada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.   |
| 1996       | Rodadas de interlocução política do Conselho do Comunidade Solidária  | Inicia o debate, dentre outros, sobre o marco legal do terceiro setor; alternativas de ocupação e renda; e expansão do microcrédito no Brasil  |
| 1996       | Criação da Área de Desenvolvimento Social do BNDES  | O BNDES inicia sua atuação na área das microfinanças   |
| 1997       | BNDES lança o Programa de Crédito Produtivo Popular   | O programa tinha objetivo divulgar de forma consistente e consequente, o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional capaz de propiciar crédito aos microempreendedores, formais e informais  |
| 1997       | Criação de grupo de trabalho de âmbito federal com participação do BCB, Ministério da Fazenda, BNDES, e Banco do Brasil | A 5ª Rodada de Interlocução Política da Comunidade Solidária reconhece o microcrédito como importante estratégia das políticas de trabalho e renda. Assim, o grupo de trabalho tinha como objetivo apresentar propostas para o incentivo e regulamentação da atividade de microcrédito no Brasil |
| 1997       | Banco do Nordeste do Brasil (BNB) cria o Programa Credamigo   | Programa de microcrédito produtivo orientado, que trabalha com metodologia de grupos solidários, oferecendo crédito e capacitação gerencial aos tomadores.   |
| 1999       | Lei nº 9.790/99, “Lei do Terceiro Setor”  | Criou uma nova qualificação para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP  |
| 1999       | Resolução nº 2.627 do Conselho Monetário Nacional (CMN)   | Constitui-se no marco legal da iniciativa privada no setor de microcrédito produtivo orientado. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), pessoas jurídicas de direito privado, com finalidade lucrativa.                              |

| <b>Ano</b> | <b>Ato</b>   | <b>Detalhamento</b>  |
|------------|--|--|
| 2000       | Medida Provisória nº 1.965/00  | Regulamenta que as entidades qualificadas como OSCIP e que tiverem por finalidade a concessão de microcrédito produtivo orientado, não estão sujeitas a Lei da Usura                           |
| 2000       | Decreto nº 588 do Ministério das Comunicações instituindo o Serviço Financeiro Postal Especial, o “Banco Postal” | Possibilita que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), preste serviços bancários básicos, como correspondente de instituições bancárias.   |
| 2000       | Resolução nº 2.707/2000 do CMN   | Regulamenta a criação de correspondentes bancários e agências alternativas.  |
| 2001       | Resolução nº 2.874/01 do CMN   | Aprimora a regulamentação sobre as SCM’s, que entre outras coisas, permite a criação de Postos de Atendimento ao Microcrédito.   |
| 2002       | Criação do Banco Postal  | Tem início o funcionamento do Banco Postal via Banco Bradesco, funcionando nas agências dos correios.  |
| 2002       | Criação do Programa Caixa Aqui   | Lançado pela Caixa Econômica Federal tinha como objetivo democratizar o acesso aos bancos através de uma rede de correspondentes bancários, ampliando inclusive a atuação das casas lotéricas. |
| 2003       | Criação do Banco Popular do Brasil   | Criado como subsidiário do Banco do Brasil, tinha como objetivo fornecer empréstimos e outros serviços bancários à população de baixa renda.   |
| 2003       | Lei nº 10.735  | Estimula a bancarização para a população de baixa renda e a obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos à vista, recolhidos compulsoriamente ao banco central, ao microcrédito.      |
| 2003       | Lei nº 10.820  | Institui o programa de empréstimos com consignação em folha de pagamento para aposentados e pensionistas.  |
| 2004       | Resolução nº 3.211 do CMN  | Cria a conta simplificada para facilitar o acesso as contas por parte da população de baixa renda, simplificando o processo de abertura e flexibilizando algumas exigências de identificação.  |
| 2005       | Lei nº 11.110  | Cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e permite às instituições de microcrédito usar as linhas de crédito do FUNPROGER para microcrédito produtivo orientado.           |
| 2008       | Lançamento do Projeto de Inclusão Bancária do Programa Bolsa Família   | Objetiva incentivar a inserção dos beneficiários no Sistema Financeiro Nacional por meio de abertura de conta simplificada   |
| 2009       | I Fórum Banco Central de inclusão financeira   | Consolidação de diagnóstico sobre microfinanças no Brasil e promoção de parcerias  |
| 2010       | II Fórum Banco Central sobre inclusão financeira   | Objetivando a construção de uma agenda para estudo e eventual aprimoramento do marco regulatório   |
| 2011       | Lançamento do Programa   | Objetiva impulsionar o crédito produtivo no Brasil   |

| Ano  | Ato                                 | Detalhamento  |
|------|-------------------------------------|---|
|      | CRERCER                             | através da redução de taxas de juros                                    |
| 2011 | III Fórum BC de inclusão financeira | Estruturação e lançamento da Parceria Nacional para Inclusão Financeira |
|      |                                     |   |

**Fonte:** Nascimento (2008); BCB (2011); Kumar (2008).

Efetivamente o Brasil nos últimos 16 anos vem atuando para ampliar o acesso a serviços financeiros, principalmente para os mais pobres, com crédito para consumo ou produção, além de outros serviços, porém as desigualdades de renda e regional não deixam dúvidas que há um longo caminho a percorrer.

Consolidando algumas informações divulgadas pelo BCB (2011) sobre exclusão financeira e acesso, percebe-se que:

- a) O Brasil dispõe de 19.813 agências bancárias, porém 55% estão no sudeste e 14% no nordeste, sendo que o nordeste concentra 27% da população adulta do território nacional;
- b) Quando considerado a quantidade de pontos de atendimento por 10.000 adultos, o sudeste tem 1,72 agências e o nordeste 0,73;
- c) Quando considerado a quantidade de pontos de atendimento por 1.000 km<sup>2</sup>, o sudeste tem 11,74 agências e o nordeste 1,82;
- d) Quando considerado a quantidade de pontos de atendimento por 10.000 adultos, o Brasil tem 1,4, os países desenvolvidos 3,2 e os demais países em desenvolvimento 1,0;
- e) Na média, o Brasil dispõe de 12,8 caixas eletrônicas por 1.000 adultos. Esta taxa nos países desenvolvidos é de 9,4 e nos demais países em desenvolvimento, 2,9;
- f) Entre 2005 e 2010 a quantidade de agências bancárias cresceu 12% e de correspondentes bancários 81%;
- g) 37,5% dos municípios brasileiros não dispõem de agência bancária;
- h) A relação crédito total / PIB, entre 2005 e 2010 ocorreu um avanço de 28,3% para 46,4%, um crescimento de 64%;
- i) O crédito habitacional passou de 14%, do crédito total, para 20%, entre 2005 e 2010;



- j) Pessoa física com relacionamento ativo com agência bancária passou de 91 milhões para 115 milhões entre dez/2006 e dez/2010;
- k) Clientes de contas de poupança para cada 1.000 adultos, cresceu de 573 para 671 entre dez/2006 e dez/2010;
- l) Entre 2005 e 2010, a emissão de cartão de crédito para população de baixa foi de 40 milhões para 102 milhões, um crescimento de 153,5%. As famílias de alta renda o crescimento foi de 131,6%.

## 4 EXCLUSÃO FINANCEIRA NO BAIRRO MARIA PINHEIRO

O Brasil nos últimos 15 anos vem experimentando mudanças significativas que estão produzindo efeitos positivos modificando, ainda que lentamente, uma estrutura social profundamente desigual. A desigualdade sócio-econômica é refletida no acesso dos cidadãos aos bens e serviço que o país dispõe, e dentre estes o acesso a serviços financeiros.

Várias foram as estratégias que o Brasil adotou objetivando ampliar o acesso dos mais pobres a serviços financeiros básicos. Para refletir o que de fato ocorre nas áreas urbanas onde estão concentrados os excluídos financeiros, o presente trabalho apresenta uma análise das estratégias adotadas pelas famílias e indivíduos pobres ou extremamente pobres do bairro Maria Pinheiro, no município de Itabuna/BA, para suprir as necessidades de serviços financeiros.

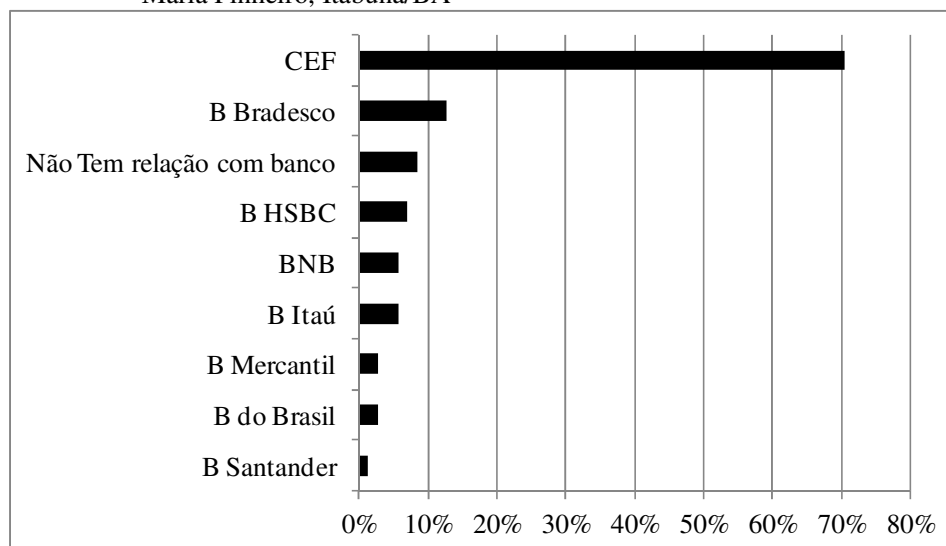
### 4.1 AS RELAÇÕES FINANCEIRAS FORMAIS

As relações formais com o sistema financeiro tradicional são reguladas por rígidas normas do Banco Central do Brasil, assim, o procedimento para abertura de uma conta corrente no que tange à documentação mínima é padrão para todos os bancos. Os procedimentos cadastrais fazem parte das estratégias dos bancos para mitigar o risco intrínseco ou o risco do cliente, decorrente das características da pessoa. Assim, ao solicitar diversos documentos e informações da pessoa o banco busca reduzir a possibilidade de calote.

A vida financeira de um indivíduo, por dentro do sistema, se inicia com a abertura de uma conta poupança, corrente, salário ou mesmo simplificada. Das pessoas pesquisadas, apenas 6 ou 8% informaram não possuir nenhuma relação formal com o sistema financeiro, destes, nenhum tem renda familiar acima de 1 salário mínimo. Dos que afirmaram possuir relação com bancos, 29% tem apenas conta simplificada e 15% apenas conta poupança e 8% tem conta poupança e conta simplificada, ou seja, 52% dispõem de conta simplificada e/ou conta poupança, não se utilizando de nenhum outro serviço. Segundo o BCB (2011, p. 107), “dos beneficiários do PBF, 15,8% dispõe de conta poupança”.

A Caixa Econômica Federal<sup>13</sup> é o banco mais presente, pois 70% dos entrevistados informaram possuir pelo menos um serviço do Banco, seguido do Banco Bradesco (Figura 6). Dos serviços utilizados, conforme, Figura 7, o mais presente é a conta poupança, seguido de conta simplificada e cartão de crédito. 93% das contas poupança estão na Caixa Econômica, assim como 90% das contas simplificadas e 47% dos cartões de crédito. No caso da poupança, há uma identificação das pessoas com a poupança da Caixa, que há décadas é o banco que mais capta poupança no Brasil. Já as contas simplificadas estão vinculadas ao pagamento do Programa Bolsa família, o que obriga<sup>14</sup> aos beneficiários dispor de uma conta simplificada, dispensada apenas quando estes já dispõem de conta corrente ou poupança na Caixa.

Figura 6 – Pessoas que possuem algum relacionamento com instituição financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

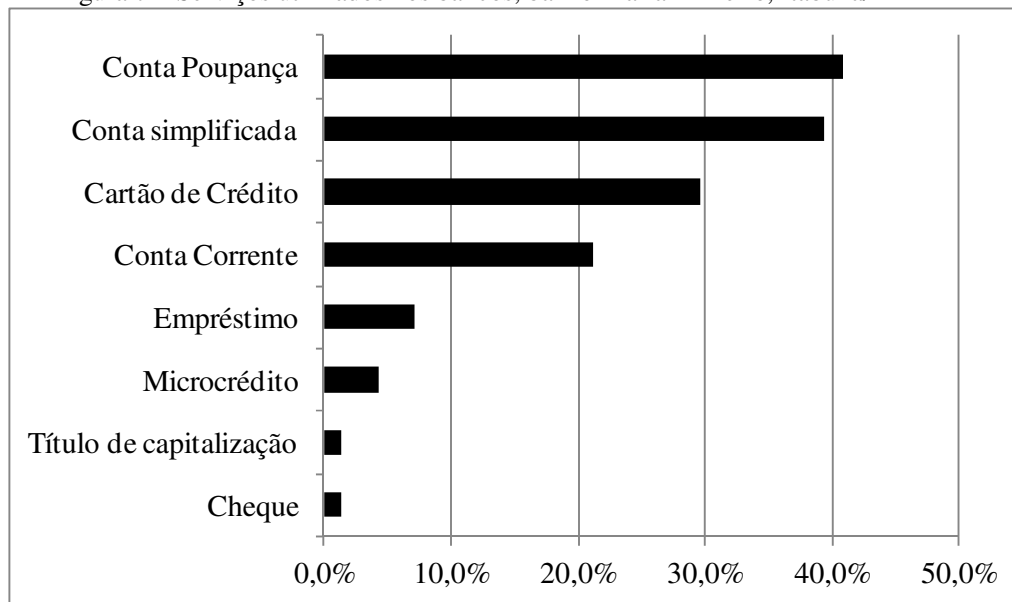
Observou-se também a presença do cartão de crédito Hipercard, bandeira que pertencia a uma rede de supermercado e foi vendido depois para o Itaú-Unibanco. O Hipercard adotou uma estratégia de fazer cartão inclusive para pessoas que não tinham renda

<sup>13</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social, em conjunto com a Caixa, lançou o Projeto de Inclusão Bancária (PIB) no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) para incentivar a inserção dos beneficiários no Sistema Financeiro Nacional por meio da abertura e utilização de conta bancária simplificada (Conta Caixa Fácil). As famílias que optam pela participação no Projeto, além de receber o benefício em conta-corrente, passam a ter a oportunidade de acessar instrumentos e serviços financeiros, como efetivação de saques por meio da utilização de cartões habilitados para compra a débito, utilização da estrutura bancária para retiradas em dinheiro para pequenos gastos, além de outros serviços financeiros (BCB, 2011, p. 106).

<sup>14</sup> O BCB informa que os beneficiários do PBF podem aderir ao PIB, no entanto, não foi a informação passa pelos entrevistados, para eles, a não abertura da conta impossibilitava o recebimento do benefício.

comprovada, concedendo um pequeno limite que era progressivamente ampliado na medida em que a pessoa utilizava e pagava com regularidade. Em contrapartida, a bandeira apresenta a maior taxa de juros de financiamento caso a pessoa não consiga pagar toda a fatura, precificando assim o risco maior ao dispensar mais informações das pessoas.

Figura 7 – Serviços utilizados nos bancos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

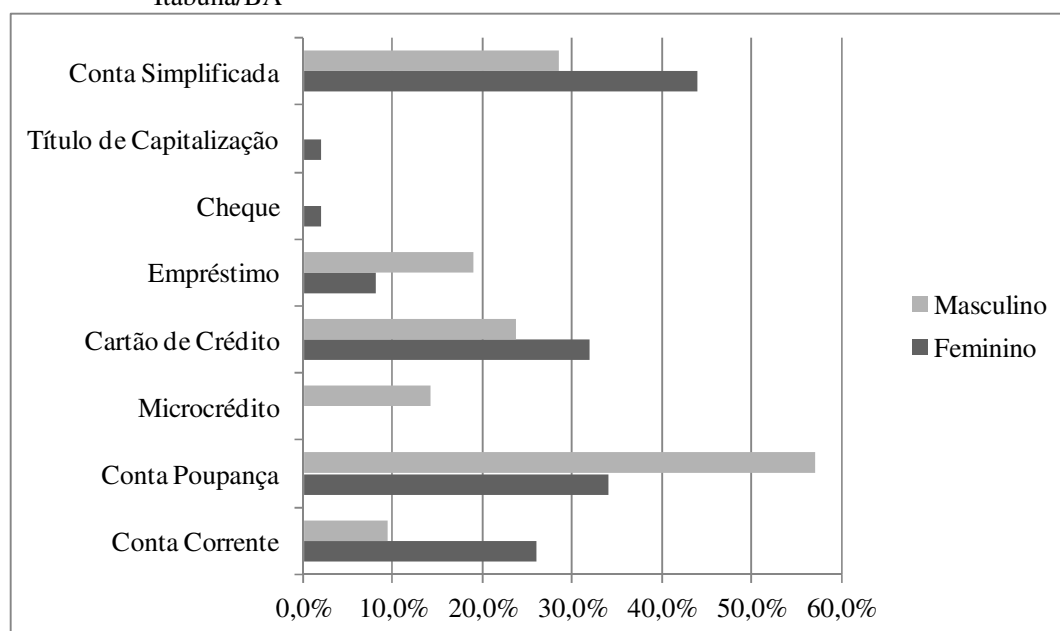
Um dado relevante que surgiu nas respostas como um serviço não financeiro, mas que cumpre função de seguro é o Serviço de Apoio Familiar – SAF. Este serviço é oferecido por uma empresa privada de Itabuna, que consiste no pagamento de um valor próximo a R\$ 10,00 por mês, cobrindo todos os familiares do domicílio. A pessoa tem direito ao auxílio funeral, além de dispor de cadeiras de roda, cadeiras para banho, e macas para uso em um período determinado. Quase 18% dos entrevistados revelaram pagar o SAF, pois para muitos as situações de falecimento na família resultam em graves problemas financeiros. Alguns entrevistados citaram também o serviço como parte dos planos para 2012, como uma meta a perseguir, começar o pagamento do mesmo. Os bancos públicos já oferecem seguro funeral, a exemplo da Caixa, porém é pouco divulgado.

Em relação à utilização de conta corrente, foi possível identificar que a maioria das pessoas que dispõe deste serviço são aposentados, sendo também que estes já tomaram ou tomam empréstimos e, na maioria das vezes para terceiros, filhos, netos, vizinhos. Os demais

são aqueles que possuem emprego, o que facilita a comprovação de renda junto aos bancos no ato de abertura da conta.

Foi possível também perceber que as mulheres têm mais acesso aos serviços bancários do que os homens (Figura 8). Os homens superam as mulheres apenas no acesso a empréstimo e conta poupança. O fato de dispor de conta simplificada para receber o benefício do PBF, o que funciona como porta de entrada para outros serviços financeiros, isso talvez a explique a superioridade feminino.

Figura 8 – Serviços utilizados nos bancos, proporcional ao gênero, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A pesquisa evidencia que o esforço de bancarização da população mais pobre empreendido pelo Governo Federal tem alcançado um relativo êxito quando observado o tempo que os entrevistados têm de relacionamento com instituição financeira. Quase metade tem apenas quatro anos e não mais que 13% tem mais de 10 anos de relacionamento com estas instituições (Tabela 6).

Tabela 6 – Tempo de relacionamento com instituição financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA

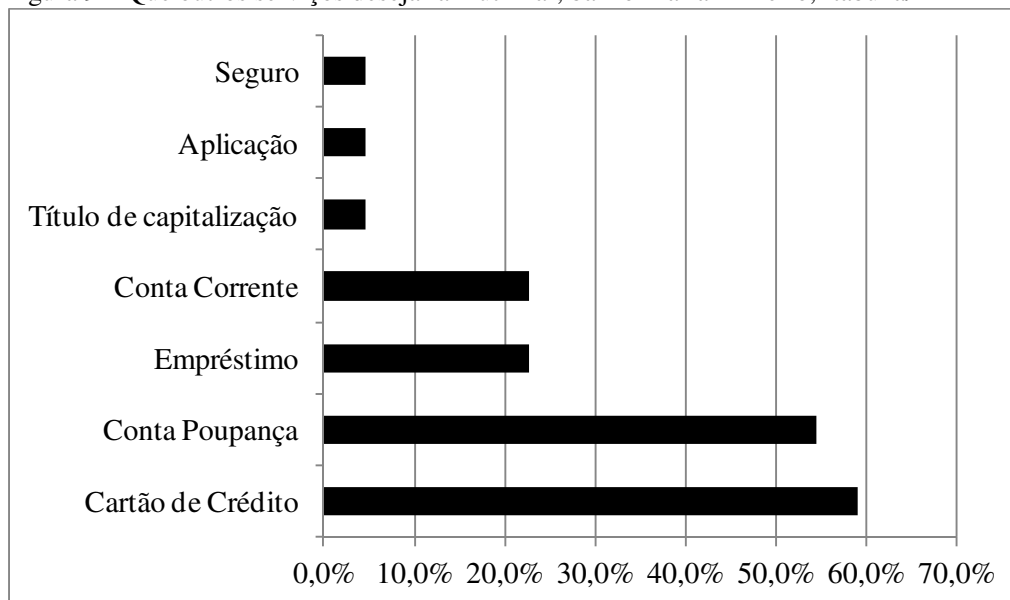
| <b>Tempo de vínculo com banco (Anos)</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     | <b>% Acumul</b> |
|--|-------------------|--------------|-----------------|
| 1  | 7                 | 10,8         | 10,8            |
| 2  | 6                 | 9,2          | 20,0            |
| 3  | 7                 | 10,8         | 30,8            |
| 4  | 12                | 18,5         | 49,2            |
| 5  | 11                | 16,9         | 66,2            |
| 6  | 6                 | 9,2          | 75,4            |
| 10                                       | 8                 | 12,3         | 87,7            |
| 12                                       | 1                 | 1,5          | 89,2            |
| 13                                       | 1                 | 1,5          | 90,8            |
| 15                                       | 3                 | 4,6          | 95,4            |
| 20                                       | 1                 | 1,5          | 96,9            |
| 30                                       | 1                 | 1,5          | 98,5            |
| 39                                       | 1                 | 1,5          | 100,0           |
| <b>Total</b>                             | <b>65</b>         | <b>100,0</b> |                 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando perguntado que tipo de serviço desejaria utilizar, caso não tenha relacionamento com um banco ou mesmo não tenha acesso ainda ao serviço específico, 29 entrevistados responderam que teriam interesse em outros serviços. Daqueles que não utilizam serviço, o maior interesse é na abertura de conta poupança. Para os demais, que já se utilizam de algum serviço, a maior demanda é por cartão de crédito.

Muitos dos que afirmaram desejar dispor de um cartão de crédito não acreditam na possibilidade de conseguir por não ter renda certa e regular, o que é comprovado quando se cruzam as informações de demanda por serviço e fonte de renda. Apenas 25% dos entrevistados que declaram desejar um cartão de crédito tem renda advinda de salário ou aposentadoria. Não por acaso a demanda por poupança está presente naqueles que tem como fonte de renda bicos e Bolsa Família (Figura 8).

Figura 9 – Que outros serviços desejariam utilizar, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA

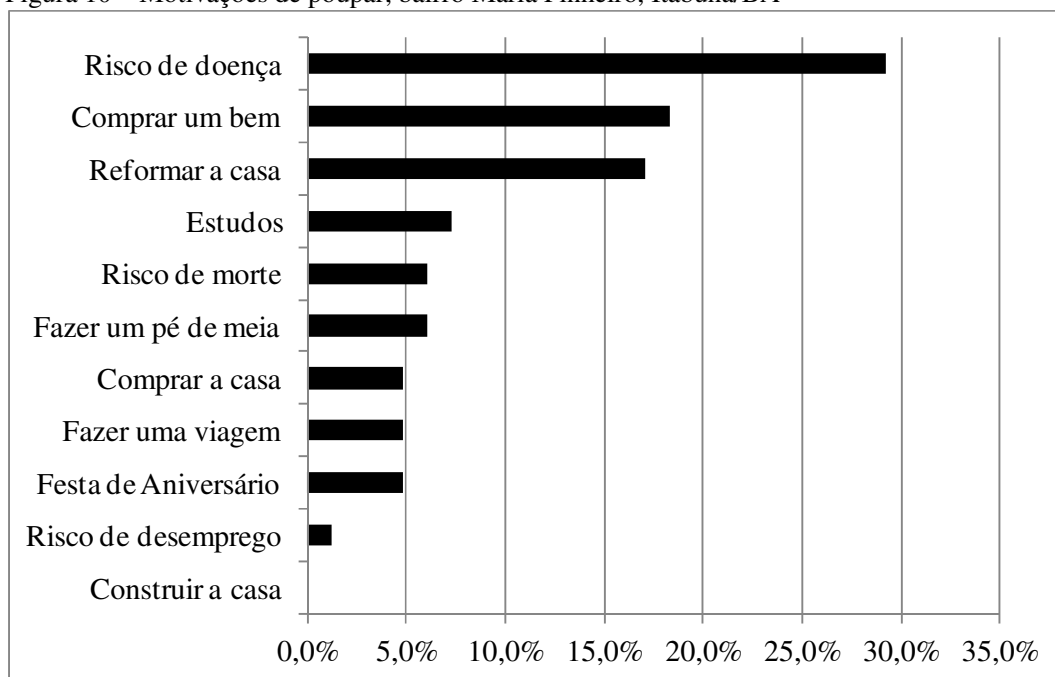


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2011.

A pesquisa buscou identificar que outras estratégias são utilizadas pelas famílias no ato de poupar. Além daqueles que informaram não utilizar outra forma de poupança, 77,5%, apenas 19,7% disseram guardar dinheiro em casa no “porquinho”. Um entrevistado informou participar de bolão com amigos. O bolão funciona como um consórcio. A pessoa participa de um grupo fechado onde ocorrem contribuições mensais fixas, podendo ser sorteada uma única vez e receber o dinheiro que todos depositaram naquele mês.

Quando perguntado o que motiva a poupar, a maioria, 29,3%, indicou o risco de doença como elemento determinante, preocupação mais presente nas mulheres. Talvez uma maior preocupação com os filhos ou mesmo o fato de algumas entrevistadas serem mães solteiras. Uma maior parte da renda advinda de atividades não regulares talvez explique o receio de imprevistos, principalmente se este tem ligação com saúde ou morte. A fatalidade é causa frequente de desajustes financeiros das famílias, principalmente das mais pobres, a falta de produtos adequados, como seguro-saúde, seguro funeral, seguro de vida e outras modalidades de seguro poderiam minorar tais problemas. Ademais, 19,1% e 17% declaram a compra de bens e reforma da casa respectivamente como motivações para poupança (Figura 10).

Figura 10 – Motivações de poupar, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

O Brasil nos últimos 10 anos viu ampliar vertiginosamente as compras a crédito, em parte este avanço se deu devido o aumento dos crediários com financiamento direto nas lojas e a oferta de cartão de crédito para a população de renda mais baixa. A pesquisa confirma este movimento quando identifica o cartão de crédito como o recurso mais utilizado nas compras a prazo pelos entrevistados 43,66%, seguido de compras no caderno<sup>15</sup> 32,39% e crediário 22,54%. Ainda que alguns tenham sinalizado a dificuldade de se obter um cartão de crédito devido às exigências cadastrais e de renda, a opção pelo cartão se justifica pela praticidade e mobilidade, não demandando estabelecer uma relação duradoura e de confiança com o negociante. É comum também a utilização do cartão de crédito de outra pessoa, familiar, vizinho, amigo, colega de trabalho.

A compra a prazo no caderno ainda é um costume nos bairros populares, pois via de regra se efetiva nas relações comerciais entre moradores e negociantes do próprio bairro, que ofertam alimentos básicos, bebidas, roupas, cosméticos. O “nome” da pessoa no bairro é fundamental para que a transação ocorra. As sucessivas compras, honradas com pagamentos no prazo acordado são fundamentais para manutenção da relação comercial. Um dos entrevistados, o Sr. Carlos Silva disse que “deseja ter um cartão de crédito para as pessoas do

<sup>15</sup> Compra a prazo em que o único registro é no caderno do dono da mercearia, bar, salão de beleza, etc.



bairro não saber mais da vida dele”. Ele disse que “quando atrasa na venda as pessoas terminam sabendo”. Outra entrevistada, D<sup>a</sup> Áurea Conceição, disse saber que a venda vende mais caro e deseja um cartão de crédito para comprar no centro, deixando assim o caderno. Notou-se também que vários entrevistados compram cestas básicas a prazo no caderno. Normalmente o prazo concedido é de 30 dias e alguns outros 30 e 60. Dos entrevistados 86% têm costume de comprar no bairro e destes 54% compram a prazo no caderno e 42% compram a vista.

No caso do uso de crediário, observou-se que a maioria é de compra na porta de casa, através de “mascates” ou “cearense<sup>16</sup>”, como identificado pelos entrevistados. Neste tipo de transação as vantagens para o comprador vão desde a comodidade de receber o bem adquirido na porta e poder pagar também do mesmo jeito, a ausência de burocracias para efetivar a compra a prazo. Os entrevistados informaram também que algumas empresas de varejo não entregam no bairro. Normalmente, o preço cobrado pela mercadoria é muito acima do encontrado em lojas no centro da cidade.

Segundo os entrevistados, a compra na promissória esta muito vinculada à demanda por vestuário e cosméticos das mulheres (76%). As motivações para compra na promissória se assemelham às do caderno e crediário.

Nota-se que as formas tradicionais, caderno, crediário e promissória ainda são muito presentes, mesmo com o crescimento da compra no cartão de crédito. Percebeu-se que a falta de acesso ao cartão de crédito somado à comodidade, facilidades e costumes ainda garantirão por um bom tempo a utilização de tais estratégias.

Ao buscar cruzar a modalidade de compra a prazo com características dos entrevistados observou-se que os entrevistados de menor renda compram a prazo ainda nos modelos mais tradicionais (Tabela 7), relação inversamente proporcional na medida em que se eleva a renda, com uma maior participação do cartão de crédito. Fatalmente, um dos limitadores do acesso ao cartão de crédito é a ausência de renda regular em um patamar que se permita compra o mínimo exigido.

Seguindo a mesma linha, observou-se que os entrevistados que não foram alfabetizados ou que cursaram apenas as séries iniciais utilizam as formas mais tradicionais

---

<sup>16</sup> Vendedores que ofertam diversos produtos (utensílios domésticos, cama, mesa e banho, eletrodomésticos, cadeiras e mesas plásticas, cesta básica, remédios, etc) e concede prazos longos com pagamentos semanais e quizenais. A venda ocorre de porta em porta e a mercadoria é acondicionada em carrinho. São chamados de cearenses devido serem naturais do Ceara.

de compra a prazo (Tabela 7). Efetivamente, o manuseio de formas de compra a prazo mais sofisticado demanda assinaturas ou a utilização de senhas, o que a depender da escolaridade é uma barreira ao acesso.

Tabela 7 – Modalidade de compra a prazo por faixa de renda, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %

|               | Crediário | Caderno | Cartão de Crédito | Cheque pré-datado | Promissória | Total  |
|---------------|-----------|---------|-------------------|-------------------|-------------|--------|
| 1/4 Salário   | 0,0%      | 60,0%   | 20,0%             | 0,0%              | 20,0%       | 100,0% |
| 1/2 Salário   | 11,1%     | 44,4%   | 22,2%             | 0,0%              | 22,2%       | 100,0% |
| 1 Salário     | 13,5%     | 21,6%   | 40,5%             | 2,7%              | 21,6%       | 100,0% |
| 1 1/2 Salário | 28,6%     | 42,9%   | 28,6%             | 0,0%              | 0,0%        | 100,0% |
| 2 Salários    | 33,3%     | 20,8%   | 37,5%             | 0,0%              | 8,3%        | 100,0% |
| 3 Salários    | 0,0%      | 0,0%    | 100,0%            | 0,0%              | 0,0%        | 100,0% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Tabela 8 – Modalidade de compra a prazo por escolaridade, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %

|                   | Crediário | Caderno | Cartão de Crédito | Cheque pré-datado | Promissória | Total  |
|-------------------|-----------|---------|-------------------|-------------------|-------------|--------|
| N Alfabetizado    | 25,0%     | 50,0%   | 0,0%              | 0,0%              | 25,0%       | 100,0% |
| Alfabetizado      | 33,3%     | 40,0%   | 26,7%             | 0,0%              | 0,0%        | 100,0% |
| Primário completo | 36,4%     | 27,3%   | 36,4%             | 0,0%              | 0,0%        | 100,0% |
| 1º G Incompleto   | 4,2%      | 29,2%   | 33,3%             | 0,0%              | 33,3%       | 100,0% |
| 1º Grau           | 0,0%      | 0,0%    | 50,0%             | 0,0%              | 50,0%       | 100,0% |
| 2º G Incompleto   | 11,1%     | 11,1%   | 66,7%             | 0,0%              | 11,1%       | 100,0% |
| 2º Grau           | 22,2%     | 11,1%   | 66,7%             | 0,0%              | 0,0%        | 100,0% |
| Sup Incompleto    | 33,3%     | 0,0%    | 33,3%             | 33,3%             | 0,0%        | 100,0% |
| Superior          | 0,0%      | 33,3%   | 33,3%             | 0,0%              | 33,3%       | 100,0% |

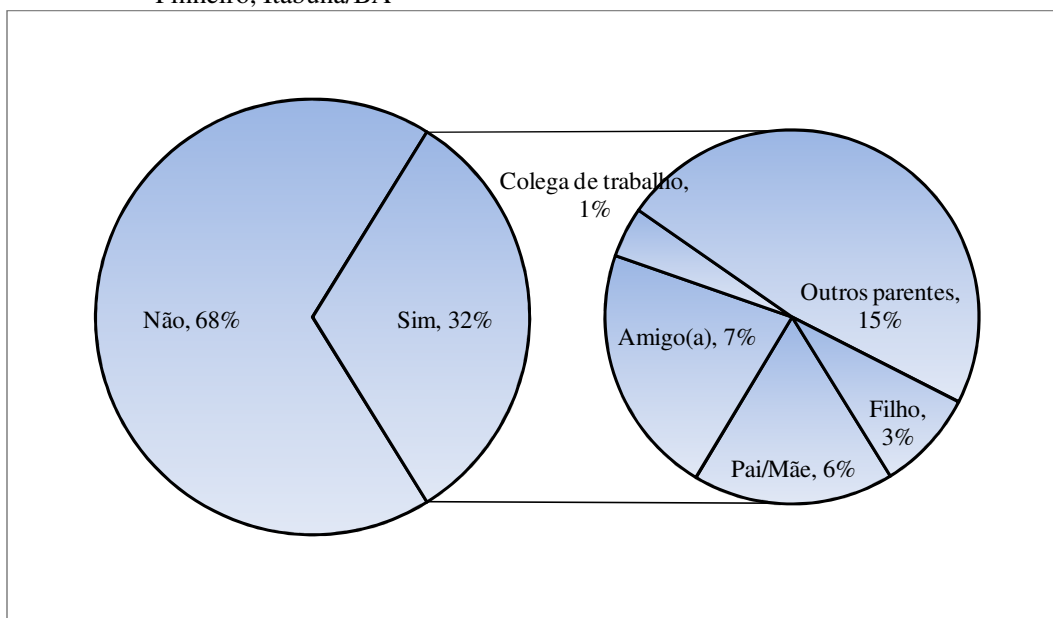
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Nas entrevistas, foi possível observar que as relações de vizinhança e amizade se estendem para o uso dos serviços financeiros, pois parte dos entrevistados, 32,4%, utilizou ou utiliza algum serviço emprestado de outra pessoa, ou como disse uma das entrevistadas, “utiliza o nome do outro”, conforme Figura 11. Algo a ser destacado é que dos que utilizam ou utilizaram, 74% buscou o parente, filho (a), pai/mãe ou outros parentes e os demais amigos e colegas de trabalho. Não apareceu como resposta o vizinho (a), porém muitos dos vizinhos são parentes, pois o bairro em sua maioria foi formado por pessoas do campo, de famílias numerosas que se deslocaram para o bairro Maria Pinheiro e os filhos com o tempo constituíram outras famílias, passando a residir em outras casas no mesmo bairro.

É importante ressaltar também que alguns registraram a preocupação de não revelar a vida financeira aos vizinhos, o que talvez leve a não procura deste na hora da compra a prazo sem dispor do instrumento para tal.

Dos seis entrevistados que não tem relação com instituição financeira, dois buscam cartão de crédito dos filhos para atender suas necessidades e os demais informaram não buscar terceiros.

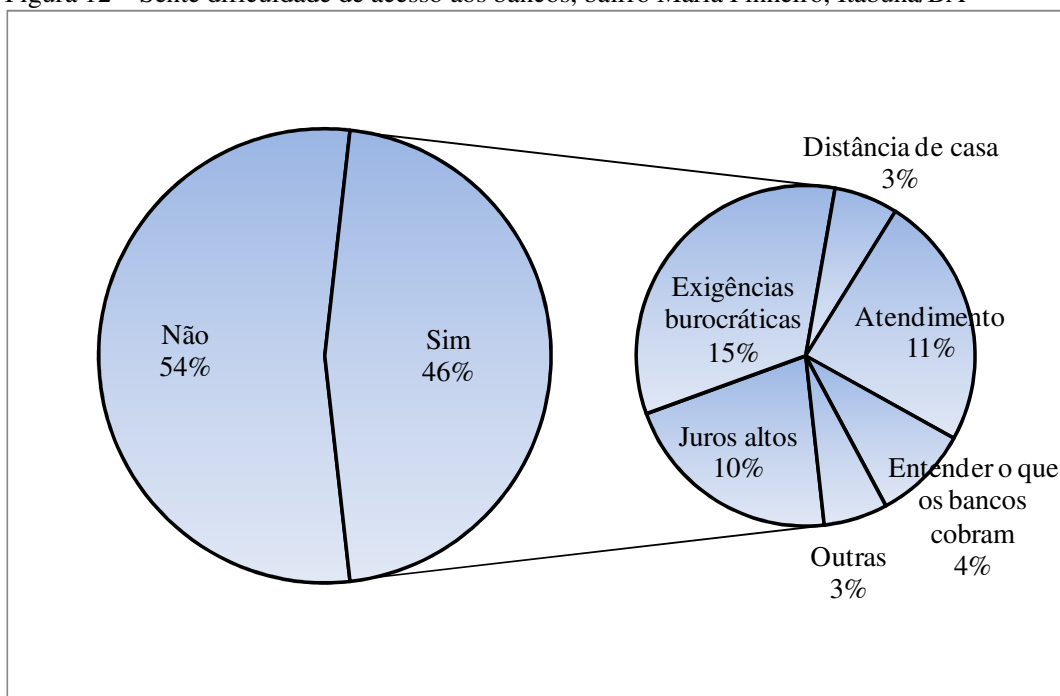
Figura 11 – Se utiliza ou já se utilizou do nome de outra pessoa para compra a prazo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2011.

Diante da forma e das estratégias de acesso direto e indireto a serviços financeiros formais, buscou-se saber se os entrevistados têm dificuldade de acesso aos bancos, e quais seriam elas. 54% informaram não ter dificuldade (Figura 12), no entanto, dos que disseram ter alguma dificuldade em acessar um banco, são as exigências burocráticas o maior problema, seguido do atendimento prestado pelas instituições. Daqueles que indicaram as exigências burocráticas um problema, 60% são analfabetos ou cursaram até o primário completo, situação semelhante à questão do atendimento. Juros altos figuram para os mais escolarizados como o maior problema, assim como a dificuldade de entender as taxas cobradas pelos bancos.

Figura 12 – Sente dificuldade de acesso aos bancos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A documentação necessária para abertura de uma conta, solicitar um cartão de crédito ou mesmo um empréstimo às vezes esbarra em documentos básicos, como carteira de identidade, CPF e comprovante de endereço.

Entre os anos de 2004 e 2005 a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, Bahia, desenvolveu o projeto “Construindo a consciência do direito a ter direitos”, financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, da Presidência da República, no bairro Maria Pinheiro. A FASE naquele momento já identificava como um dos grandes problemas dos moradores do bairro a falta de acesso a documentos básicos. Em dois anos do projeto foram feitos 1050 atendimentos que envolveram desde a orientação para solicitação de registro de nascimento, carteira de identidade, CPF, a suporte financeiro para cópia de documentos, fotografias, passagens de transporte coletivo (FASE, 2005).

O atendimento às exigências mínimas para acessar alguns serviços financeiros incorre em custos de transação aos demandantes dos serviços, levando-os a buscar alternativas no mercado informal, ou mesmo lançar mão de outras estratégias. Souza (2004) ao discorrer sobre os custos de transação para micro-empresendedores informais afirma que:

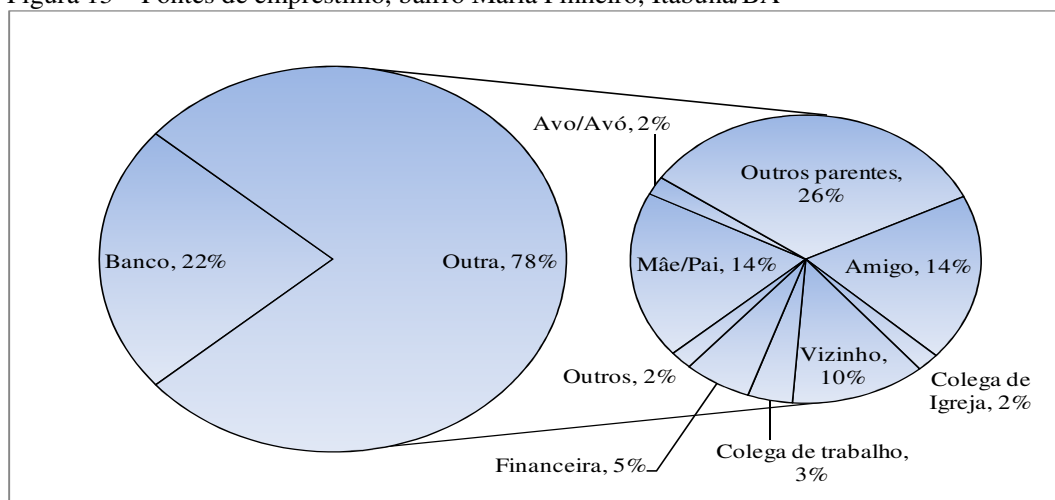
A taxa de juros, portanto, é apenas um dos diversos elementos no custo de acesso ao crédito e, nem sempre, é o mais significativo para o tomador. Normalmente os empreendedores de baixa renda consideram o acesso ao crédito mais importante que o custo financeiro real decorrente desse crédito um empreendedor taxa de juros para microcrédito destinado a população sem acesso ao sistema financeiro convencional. (SOUZA, 2004, p.8).

As distâncias de casa, o tempo para ser atendido, os documentos exigidos, funcionam como inibidores, juntamente com outros fatores, para o acesso pleno a serviços financeiros. Tal argumento se confirma quando observado que 87,3% dos entrevistados já se utilizaram de dinheiro emprestado, porém destes, apenas 22% buscaram bancos, conforme Figura 13. Dos que buscaram o banco, 63% tem como fonte de renda emprego ou aposentadoria.

Quando perguntado o que motivou a escolha, o custo do dinheiro motivou apenas 1% dos entrevistados, e não por acaso estes buscaram empréstimos em bancos. Desta forma, mesmo aqueles que dispõem de relação formal com banco, buscam dinheiro emprestado de parentes e amigos em função da rapidez, facilidade e proximidade (Tabela 9).

Ficou evidente nas entrevistas que é comum empréstimo entre parentes 42%, amigos 10% e vizinhos 10%, conforme Figura 13, no geral de pequena monta e frequente, que são devolvidos rapidamente. Vale registrar que não houve cobrança de juros para estes empréstimos. Pelos relatos, os empréstimos destinam-se normalmente para compra de alimentos, pagamento de transporte, compra de remédio, recarga de celular ou mesmo pagamento ao “cearense”, caso não tenha o dinheiro no dia como relatou o Sr. Clóvis.

Figura 13 – Fontes de empréstimo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Tabela 9 – Motivações para escolha da fonte de empréstimo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA

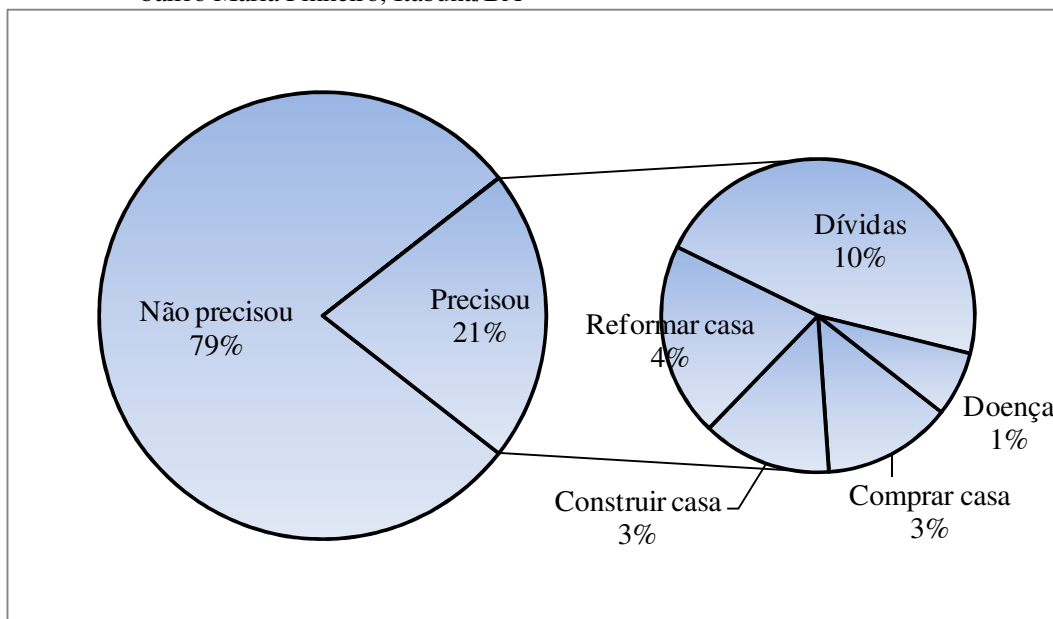
|             | Frequência | Frequência % |
|-------------|------------|--------------|
| Custo       | 1          | 1,9%         |
| Facilidade  | 18         | 34,6%        |
| Rapidez     | 14         | 26,9%        |
| Proximidade | 18         | 34,6%        |
| Outra       | 1          | 1,9%         |
| Total       | 52         | 100,0%       |

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2011.

O crescimento da oferta de crédito no Brasil ocorreu também através da ampliação da presença das financeiras. Estas instituições adotam estratégias mais agressivas para captar clientes, utiliza-se de prepostos, fazem parcerias com empresas de varejo e tem como principal atrativo a pouca burocracia e a rapidez na aprovação e liberação do crédito, em contrapartida, operam com taxas de juros altas próximas de 16% ao mês, alcançando mais de 490% ao ano de taxa efetiva. Assim, foi perguntado se o entrevistado já precisou tomar empréstimos em alguma financeira. 79% indicam não ter utilizado tal fonte, dos que utilizaram quase metade, 47% buscaram o empréstimo para saldar dívidas, outra parte buscou a financeira para algum investimento na moradia.

Nas entrevistas ficou claro que o fato de não possuir o registro do imóvel de moradia impediu as famílias de buscar recurso destinado a reforma, ampliação e aquisição de imóveis junto aos bancos, ou mais especificamente a Caixa Econômica Federal. Assim o imóvel não se converte em um bem passível de ser ofertado como garantia a um banco. As transações imobiliárias no bairro Maria Pinheiro são precárias, sem o registro em cartório, constituídas em sua maioria de contratos de compra e venda simples, quando não apenas o recibo de compra e quitação. Desta forma, resta aos moradores do bairro Maria Pinheiro buscar empréstimo em financeira, já que esta lhe oferece crédito mais rápido e sem a exigência de garantia real.

Figura 14 – Comportamento dos entrevistados em relação a demanda por empréstimo em financeira, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

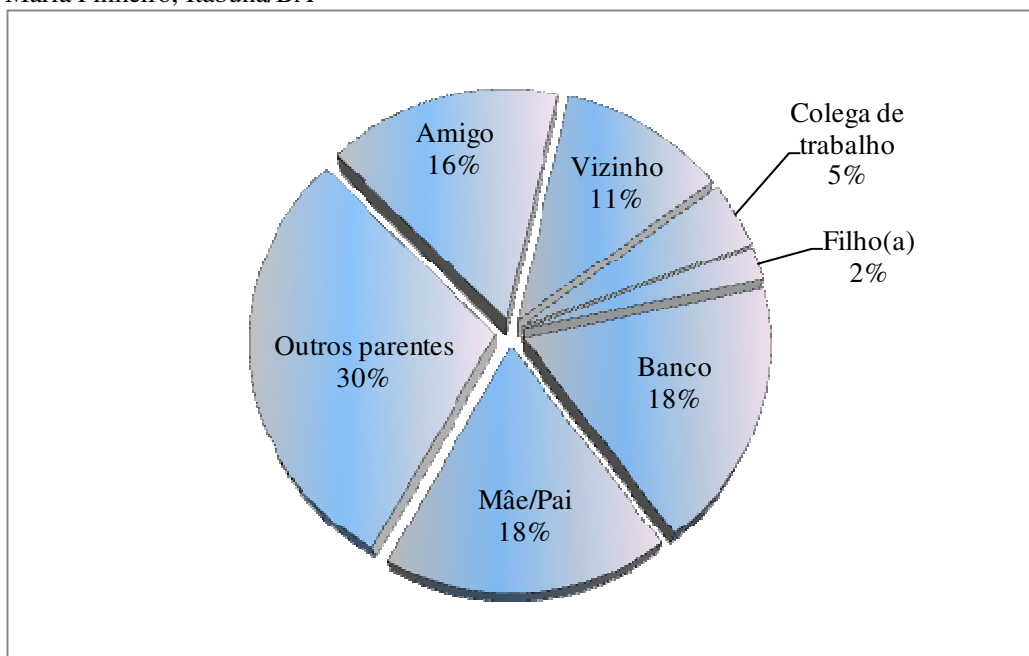
Os entrevistados demonstraram entender que as financeiras cobram juros exorbitantes, o que em certa medida demonstra dispor de noção das taxas médias operadas no mercado financeiro. Alguns também sinalizaram o medo de tomar empréstimo em financeira e não conseguir pagar.

Ao cruzar as informações daqueles que acessaram financeiras e a fonte de renda, observou-se que os entrevistados que dispõem de alguma renda regular (bolsa família, salário e aposentadoria) foram os que mais demandaram recursos de financeiras, e em sua maioria para saldar dívidas. O medo demonstrado por alguns pode ter relação com a insegurança da renda, o que não ocorre com aqueles que dispõem de renda regular. Os dados também demonstram que são as mulheres aquelas que mais buscaram as financeiras (80%) e metade destinada a saldar dívidas. O resultado confirma o observado anteriormente quando analisado a compra a prazo, que indica as mulheres comprando mais a prazo do que os homens.

As informações coletadas explicam tal comportamento, que se justifica não pelo “mito” de que as mulheres comprem mais do que os homens, mais pelo fato de que, conforme apresentada anteriormente, elas dispõem de mais acesso a crédito, o que estará mais sujeita as dificuldades em saldar alguma dívida.

Outra preocupação foi diagnosticar se aqueles que informaram não acessar a financeira, 79%, não demandaram empréstimo ou utilizaram outra fonte para satisfazer a necessidade de empréstimo. Novamente, ficou claro que os empréstimos entre amigos, vizinhos e principalmente familiares (50%) atendem tal demanda (Figura 15).

Figura 15 – Fonte de recurso para os entrevistados que não buscam empréstimos em financeiras, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa

Como demonstrado anteriormente, a procura por empréstimos em financeira em sua maioria destinou-se a pagamento de dívidas. Em decorrência das dificuldades por que passam as famílias pobres, morte, doença, desemprego e outras intempéries interferem diretamente nas condições financeiras na vida das pessoas. Tais situações produzem dívidas difíceis de serem resolvidas. Ao perguntar se o entrevistado já passou por situação de endividamento, 57,7% informaram que não, e os demais, com exceção daqueles que utilizaram de poupança ou mesmo de cartão de crédito, buscaram soluções fora do mercado formal, como ajuda de parentes, amigos e vizinhos.

A restrição cadastral é algo que incomoda bastantes famílias pobres, pois lhe tira o seu principal ativo, o “nome limpo”. Alguns entrevistados afirmaram comprar com os crediários ou mesmo utilizar o cartão de um terceiro por não poder comprar no crediário em lojas do centro da cidade. Desta forma, a restrição cadastral dificulta ainda mais a reprodução da vida destas famílias.



Tabela 10 – Estratégias para solucionar situação de endividamento, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA

|                                  | <b>Frequência</b> | <b>Frequência %</b> |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|
| Não passou pelo problema         | 41                | 57,75               |
| Usou a poupança que tinha        | 3                 | 4,23                |
| Recebeu ajuda de parentes        | 10                | 14,08               |
| Recebeu ajuda de amigos/vizinhos | 10                | 14,08               |
| Recebeu ajuda do governo         | 2                 | 2,82                |
| Pagou com cartão                 | 2                 | 2,82                |
| Outro                            | 3                 | 4,23                |
| <b>Total</b>                     | <b>71</b>         | <b>100,00</b>       |

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2011.

Quando perguntado sobre dívidas atuais ou aquelas que não foram possíveis quitar ou mesmo dívidas a vencer, observou-se que 15,5% no momento da entrevista não dispunham de nenhuma dívida, os demais, declararam que tinham, sendo as dívidas com cartão de crédito, fiado no bairro e crediário com 29,6%, 28,2% e 23,9% respectivamente, considerando uma questão de múltipla escolha.

#### 4.2 AS RELAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

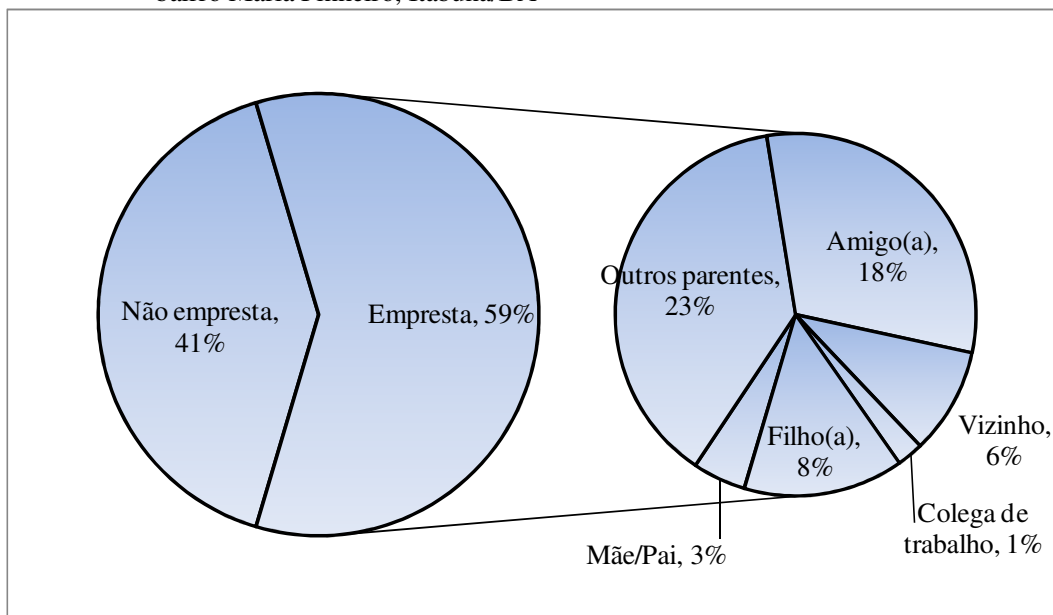
Ainda que ocorridos avanços no acesso a serviços financeiros tradicionais no Brasil, os mais pobres ainda padecem da ausência de serviços adequados, que vai desde o custo financeiro e de transação, a metodologia de acesso. Abramovay (2004, p. 43) observa que “os serviços financeiros são oferecidos aos pobres em mercados imperfeitos e incompletos”.

Desta forma, as alternativas para o pleno exercício da vida financeira são construídas no cotidiano das comunidades pobres, como afirma Singer (2004, p. 15), “[...] a vida financeira dos pobres mostra que a própria precariedade de suas situações de vida os obriga a multiplicar os instrumentos financeiros de que se valem para garantir a sobrevivência”.

Como foi visto anteriormente, ainda que podendo acessar empréstimos nos bancos é comum buscar-se empréstimo de dinheiro com vizinhos, amigos, parentes, demonstrando intensas relações fora do mercado formal. Buscando saber o outro lado da moeda, foi perguntado aos entrevistados se já emprestou dinheiro a alguém. 59% dos entrevistados disseram emprestar dinheiro, conforme Figura 16, destes, novamente a relação entre

familiares demonstrou mais intensa, alcançado 57% daqueles que emprestaram. Novamente constatou-se que nas transações não é cobrado juros.

Figura 16 – Comportamento dos entrevistados em relação ao ato de emprestar dinheiro a alguém, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Além de emprestar e buscar dinheiro emprestado de amigos, vizinhos e parentes, no decorrer das entrevistas foi possível notar que diversas pessoas tinham o costume de ajudar os vizinhos em tarefas que incorreria em custos monetários. As demandas que necessitariam de dinheiro para serem atendidas são solucionadas através da troca de serviços, mesmo não estando explícito tal transação.

Foi possível perceber que a escolha onde morar no bairro atende também uma lógica de proximidade com parentes. Uma das entrevistadas informou que morava próxima à mãe, pois era o que possibilitava trabalhar “fora”, pois tinha com quem deixar os filhos.

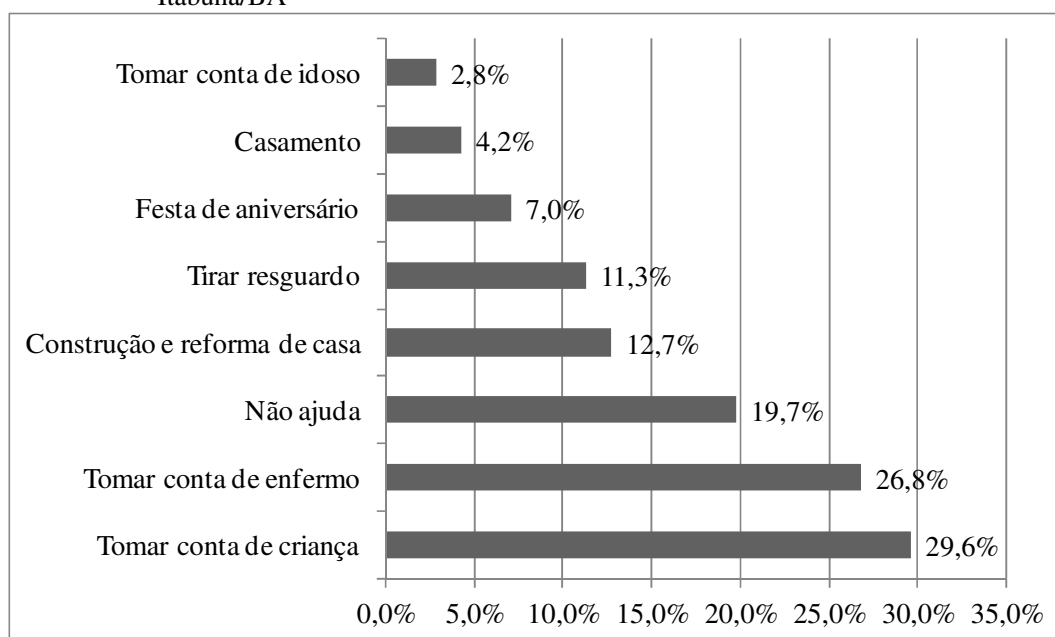
Dos entrevistados, 19,7% declararam não costumar ajudar os vizinhos, destes 25% homens e 18% mulheres. Das atividades, os homens declaram ajudar na construção e reforma de casa, (quase a totalidade) festa de aniversário e tomar conta de enfermo. As demais opções foram registradas pelas mulheres.

Das tarefas listadas, tomar conta de criança e tomar conta de enfermo foram as mais indicadas, a primeira pela falta de creches com a quantidade de vagas suficientes para atender

a demanda do bairro<sup>17</sup> e a segunda pela quantidade de idosos acamados, demandando cuidados cotidianos.

Foi possível dispor de um caso em que a entrevistada perdeu o marido e que de imediato não tinha renda além do PBF, pois o esposo era pedreiro e não recolhia o INSS. Com o falecimento do esposo, ela se viu endividada e sem o dinheiro para manter o sustento dos cinco filhos. A ajuda dos moradores, com alimentos e roupa foi fundamental para que a mesma pudesse ter tempo de buscar uma alternativa.

Figura 17 – Ações que envolvem ajuda gratuitas entre vizinhos e amigos, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



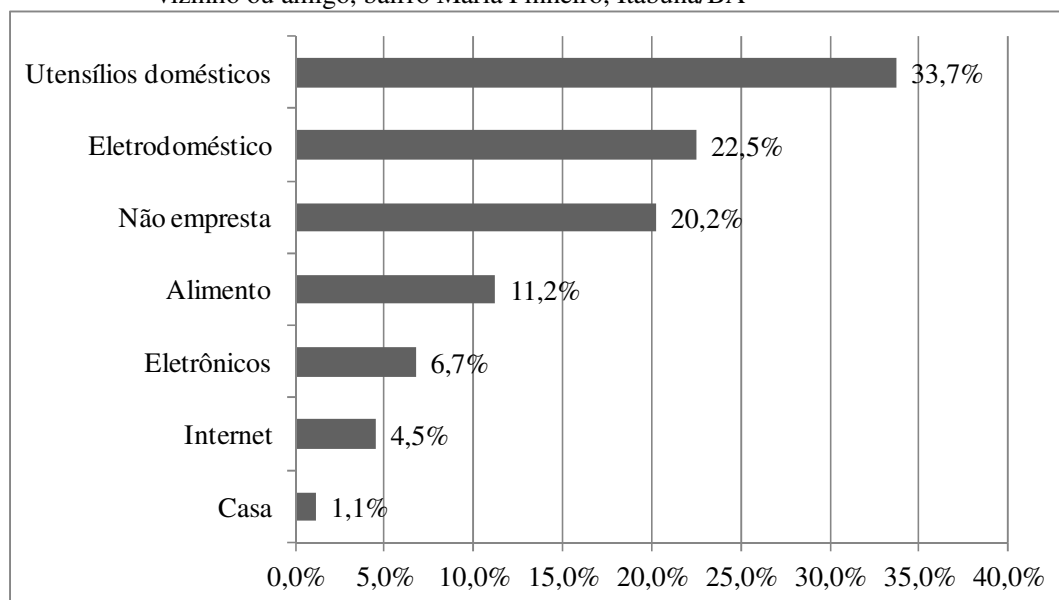
Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre as relações de trocas, a pesquisa buscou identificar se além de ajuda em algumas atividades / serviços, os moradores do bairro costumam emprestar ou compartilhar bens. Quase 80% dos entrevistados disseram emprestar ou compartilhar algo. Uma entrevistada, por exemplo, disse que utiliza compartilhado um tanquinho, máquina de lavar roupa. Ela combina com a vizinha e duas vezes na semana pega o tanquinho (pelo fundo da casa) e utiliza. Ademais, a maioria informou emprestar utensílios domésticos. Um dado interessante é que 14% dos entrevistados emprestam alimentos. Quando perguntado o motivo, alguns disseram que isso ocorre na falta de dinheiro e a pessoa não quer comprar no bairro

<sup>17</sup> O bairro dispõe da Creche Irmã Margarida

fiado, pois é mais caro. Assim, busca-se emprestado do vizinho e depois devolve quando faz a feira.

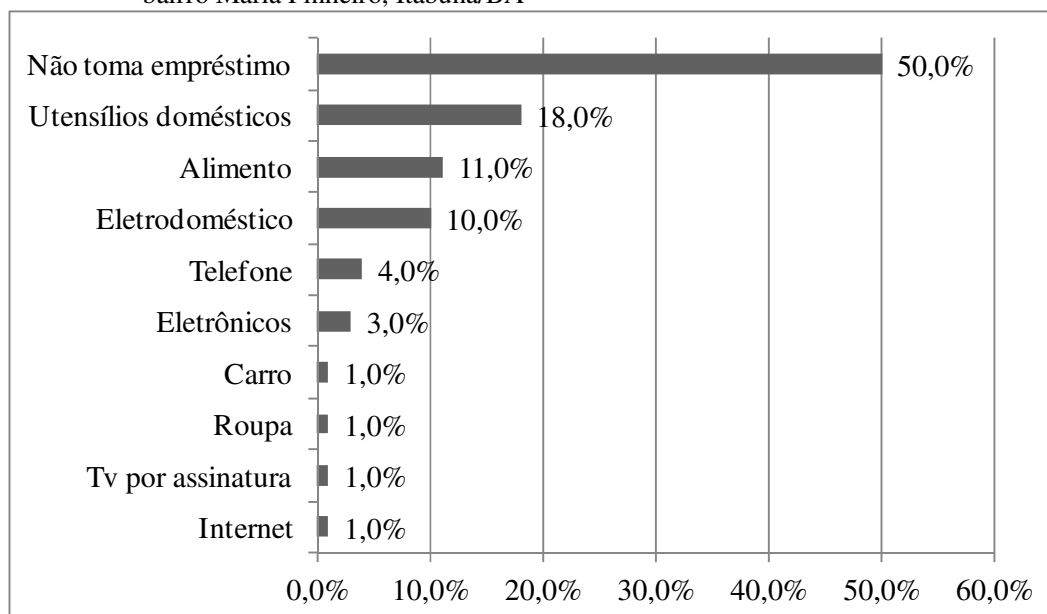
Figura 18 – Ações que envolvem emprestar ou compartilhar algum bem ou serviço com vizinho ou amigo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Foi feito a pergunta inversa, se a pessoa toma emprestada bem ou serviço com vizinho ou amigo. Assim notou-se uma ampliação dos tipos de bens e serviços em relação ao analisado anteriormente, no entanto com um percentual maior daqueles que informaram não tomar emprestado.

Figura 19 – Ações que envolvem tomar emprestado algum bem ou serviço com vizinho ou amigo, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

#### 4.3 RENDA, CRÉDITO E BENS DE CONSUMO

A partir de 2003, a economia brasileira experimentou um bom nível de crescimento, com crescimento do PIB per capita numa média de 2,88% ao ano. A desigualdade de renda também diminuiu entre 2001 e 2009, conforme Neri (2010, p. 86)

[...] a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu a notável taxa de 6,79% por ano, incluindo a piora de 2009. Como consequência deste crescimento inclusivo, o número de pobres que Ra de 49 milhões de pessoas (classe E) em 2003, cai 20,5 milhões de pessoas até 2009, chegando a 28,8 milhões de pobres. A taxa de pobreza cai de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise.

Dentre os elementos que explicam a redução da desigualdade está o próprio crescimento econômico, as políticas de transferência de renda através do Programa Bolsa Família, o aumento dos anos de escolaridade dos mais pobres e a política de elevação do salário mínimo a taxas acima da inflação, com real efetivo.

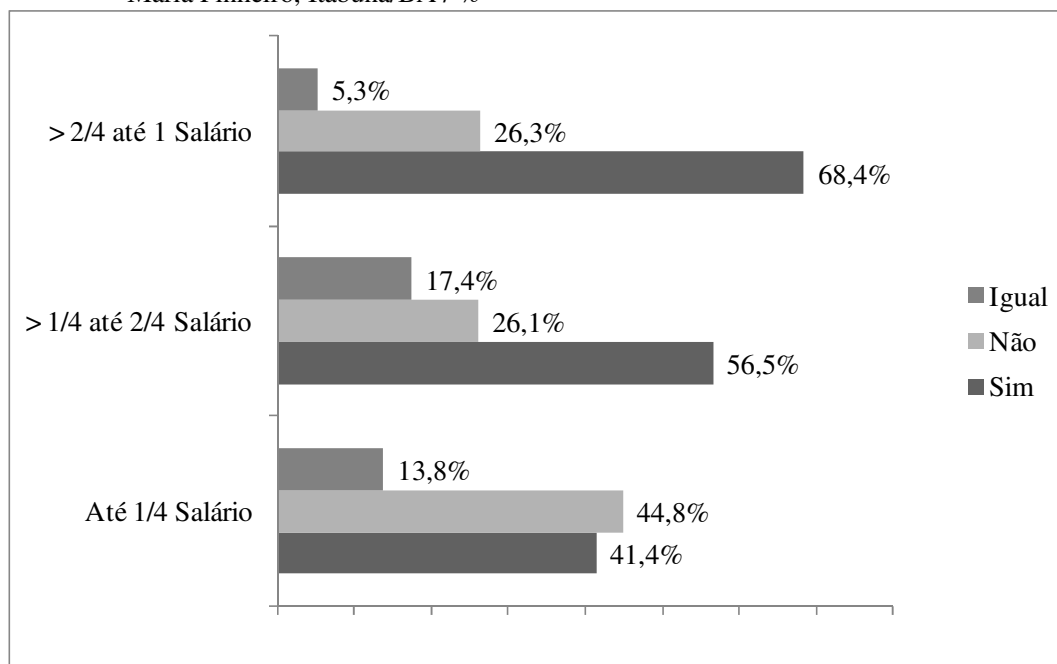
Além do próprio esforço do Governo Federal em aumentar o acesso aos bancos, ou mesmo ao crédito, o próprio crescimento econômico e da renda das famílias ampliou o acesso a serviços financeiros. Buscando verificar se tal movimento foi percebido pelos entrevistados, foi perguntado se para eles houve mais acesso a crédito nos últimos dez anos. Para 90% houve

mais acesso, no entanto, das mulheres 92% informaram ter mais acesso e dos homens 86%. Ao cruzar com a renda per capita dos entrevistados, a percepção de mais acesso é maior para aquelas com renda per capita maior que  $\frac{1}{2}$  salário até um salário mínimo, 94,7% dos entrevistados, para as faixas abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 88,5% dos entrevistados perceberam ampliação do acesso a crédito.

Foi perguntada também a percepção acerca da renda familiar nos últimos dez anos, buscando saber se houve aumento. Para 53,5% houve aumento, 33,8% afirmaram não haver aumento e 12,7% disseram que a renda estava igual. Quando cruzadas as variáveis com as faixas de renda per capita, nota-se que aquelas famílias com renda per capita maior entre  $\frac{1}{2}$  salário e um salário mínimo, perceberam um maior aumento da renda, 68,4%. Já a faixa de renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo foi de 41,4%.

É correto afirmar que as famílias de menor renda são aquelas que têm fontes de renda não regulares, como bicos e outras atividades informais. Aqueles que recebem salário e aposentadoria, até em função da política governamental de reajustes de salário, de fato passaram a receber uma renda maior.

Figura 20 – Percepção de aumento da renda nos últimos dez anos, por faixa de renda per capita, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A renda maior e a maior oferta de crédito impulsionaram o consumo no Brasil nos últimos anos. Segundo Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD, IBGE

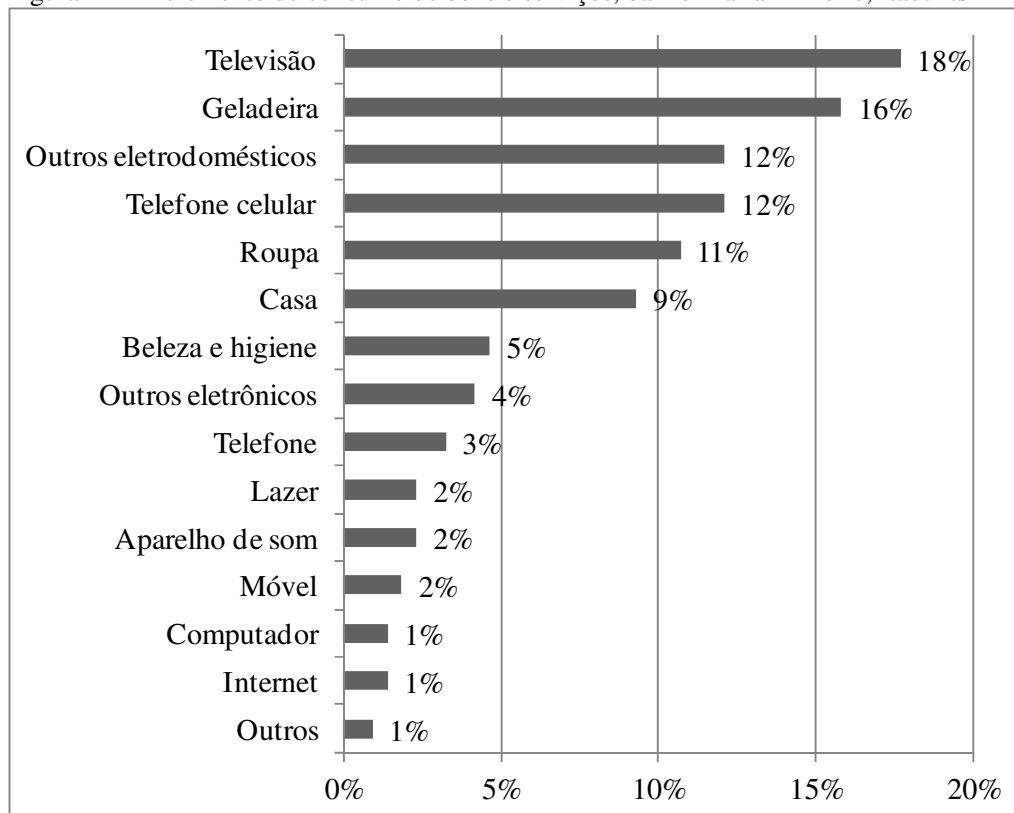
(2012), “aumentou o acesso a bens duráveis, como máquina de lavar, TV e geladeira, também vem crescendo, bem como o percentual de residências que têm computador (34,7% em 2009), Internet (27,4%) e telefone celular (78,5%).

Assim, a pesquisa buscou saber se o maior acesso ao crédito ou a melhora da renda ampliou o acesso a bens de consumo e serviços, considerando múltipla escolha. A pesquisa demonstra aumento no consumo das famílias, sendo que a maioria das entrevistas indicou um aumento do consumo de TV e geladeira, conforme Figura 20. Não aparece nenhuma família indicando aumento de consumo para moto, carro e educação.

Quando estratificado o consumo considerando-se a faixa de renda, mais famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  de salário sinalizaram aumento de consumo de: celular, telefone fixo, roupa e beleza e higiene (Figura 22)

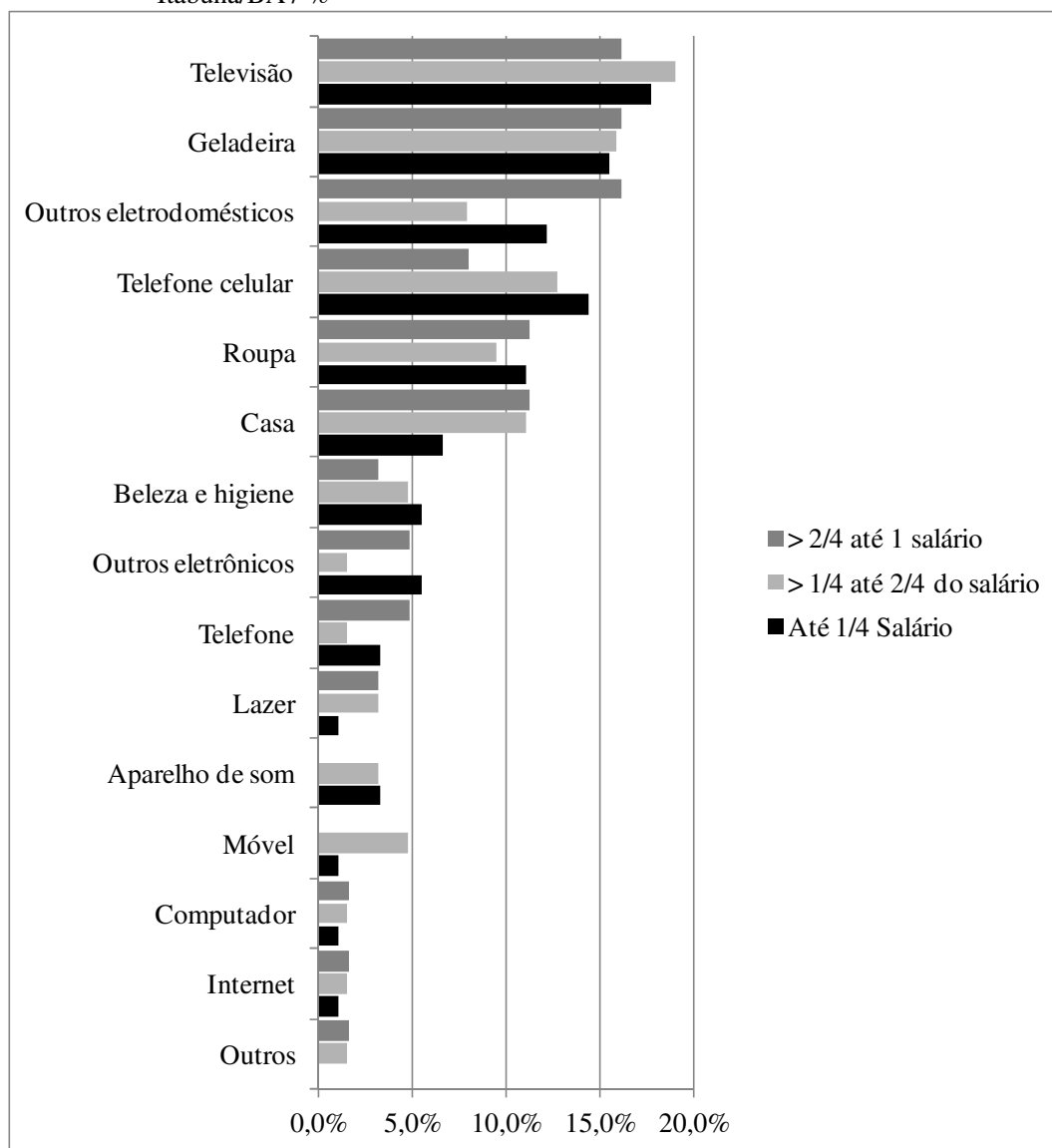
A pesquisa também demonstra que as famílias mais bancarizadas foram aquelas que sinalizaram um maior aumento de consumo, principalmente aquelas que dispõem de conta simplificada e cartão de crédito, este segundo com influência direta no ato de consumo.

Figura 21 – Incremento de consumo de bens e serviços, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Figura 22 – Incremento de consumo de bens e serviços, por faixa de renda, bairro Maria Pinheiro, Itabuna/BA / %



Fonte: Dados da pesquisa



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão financeira compreendida como o direito pleno a serviços financeiros adequados, é um desafio para qualquer povo e no Brasil não seria diferente. A preocupação pela ampliação do acesso a serviços financeiros se dá porque estes favorecem a aquisição de bens e serviços, possibilita a poupança e o seguro para os momentos de dificuldades, além de contribuir para o pleno exercício da cidadania.

Ao buscar entender como as famílias pobres do bairro Maria Pinheiro suprem suas necessidades de serviços financeiros, o estudo demonstrou que as condições de pobreza limitam o acesso pleno a estes. Aguçando o olhar sobre os dados foi possível perceber que:

- a) As famílias têm conseguido acesso a alguns serviços, principalmente conta poupança e conta simplificada, este último impulsionado pelo pagamento do Bolsa Família;
- b) O pouco tempo de relação com banco dos entrevistados indica que o esforço do governo federal vem alcançando um relativo êxito;
- c) Que o banco mais utilizado é a Caixa Econômica Federal, por ter uma forte relação com o público estudado, e ser o banco de pagamento dos programas sociais, do seguro desemprego;
- d) É crescente o uso do cartão de crédito nas compras a prazo. Este é também o serviço mais desejado por aqueles que não o possuem;
- e) A poupança no banco é uma estratégia consolidada, pois mesmo aqueles que guardam dinheiro em casa são para um momento posterior guardar no banco;
- f) Segundo os entrevistados, o grande motivador do ato de poupar é o risco de doença;
- g) O seguro é algo ainda distante, pois nenhum entrevistado declarou usar o serviço, sendo que a necessidade demonstrada na pesquisa também é baixa, mesmo que alguns se utilizem de plano funeral (SAF);
- h) Mesmo com a ampliação do acesso a cartão de crédito, ainda é grande a prática de compra a prazo “no caderno” e no crediário, demonstrando um componente cultural, costume;

- i) Que existe uma relação entre renda / escolaridade e acesso a formas tradicionais de compra a prazo, ou seja, quanto menor a renda e a escolaridade mais se utilizam de compra a prazo em caderno e crediário;
- j) É comum a utilização do nome de terceiros na compra a prazo;
- k) Mesmo que uma parte dos entrevistados tenha acesso a serviços financeiros formais, continuam a utilizar intensamente o empréstimo de dinheiro entre amigos, parentes, vizinhos, entre outros, tendo como determinante a facilidade, a rapidez e a proximidade;
- l) Que a ampliação do acesso ao crédito fez crescer o consumo de bens duráveis, principalmente televisão, geladeira, outros eletrodomésticos, telefone celular e roupa; e
- m) Que o uso de produtos de beleza e higiene foi maior para as famílias de menor renda familiar.

Mesmo com mais acesso a serviços financeiros, o acesso pleno não se efetiva, pois as condições de vida, renda, renda regular, bens, não lhes garante usufruir de tudo aquilo que é ofertado. Desta forma, é a proximidade, as relações de compadrio, relações familiares que permitem complementar aquilo que o mercado financeiro não atende.

Tal relação é comprovada quando se observa a ajuda mutua entre parentes, amigos e vizinhos:

- a) Para emprestar dinheiro nos momentos de dificuldade;
- b) Para emprestar o nome, o cartão de crédito nas compras a prazo para aqueles que não têm cartão ou porque tem restrição cadastral;
- c) Ajudando a cuidar da criança, do enfermo, “tirar resguardo”;
- d) Ajudando no mutirão para construir ou reformar a casa do vizinho;
- e) Tomar emprestado os utensílios domésticos, o telefone, o alimento.

Ao relatar a relação com os bancos, os entrevistados demonstraram nutrir uma relação de desconfiança, de um lado por não entender o porquê de tanta burocracia, e do outro, em função do tratamento desprendido por estas instituições aos mais pobres.

O estudo demonstra também que mesmo com baixa escolaridade as pessoas estão dispondo de produtos mais sofisticados, e se utilizam de formas variadas e criativas dos produtos aos quais têm acesso, ou seja, demonstra capacidade de aprender mesmo sem uma orientação.

Assim como o uso do telefone fixo e móvel, que anos atrás era um serviço muito caro e resultou em dívidas para as famílias mais pobres que acessaram a primeira vez, e que hoje são utilizados com tanta criatividade (famílias que dispõem de vários aparelhos, de empresas diferentes, otimizando o uso, devido o aproveitamento de promoções, bônus, horários, redes, etc), os novos serviços no primeiro momento podem causar o sobre-endividamento mais no momento seguinte serão assimiladas.

Desta forma é fundamental o esforço em ampliar o acesso visando uma inclusão plena, que além de dispor de mais instrumentos para o consumo, garanta alternativas para capitalizar as famílias e protegê-las das intempéries da vida. Na prática são as pequenas poupanças que circulam entre as famílias que aliviam os problemas encontrados no cotidiano difícil dos moradores do bairro Maria Pinheiro.

Tais estratégias devem se utilizar das experiências das comunidades para o desenvolvimento de instituições e produtos que atendam as necessidades financeiras. Neste sentido, é urgente o estímulo a constituição de instituições de microfinanças, que tenha identidade com esta parcela da população. As instituições que operam no mercado têm uma barreira cultural, ou seja, a cultura destas organizações é um limitador para que um processo de inclusão financeira ganhe mais rapidez e efetividade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. Annablume; Fabesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos de abusos dos estudos de caso. Rio de Janeiro: FCC, **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2010.

BCB. **Relatório de inclusão financeira**. n. 1 2. ed. Brasília: BCB, 2011. 171 p.

BRUETT, T; SHARON, D.; SUMMERLIN, R. **Manual de técnicas de gestão microfinanceira: programa de desenvolvimento institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

CRUZ JUNIOR, Domingos. **O nego do limão uma história de violência na cidade de Itabuna**. Ilhéus: UESC, 2009.

CROCCO, M; SANTOS, F; FIGUEIREDO, A. T. L. **Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2011. 27 p.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A tecnologia do microcrédito**. Disponível em: <<http://www.portaldomicrocredito.org.br>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

DEMETER, Paulo Roberto. **Construindo a consciência do direito a ter direitos**. Itabuna: FASE, 2005. 21 p.

DIAS, D. ; SELTZER, Y. Incluindo milhões hoje e amanhã: políticas e ações viáveis para um sistema financeiro inclusivo no Brasil. In: FELTRIM, L. E. (Coord.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**, Brasília, BCB, 2009. p. 241-254.

GONÇALVES, Antônio Alves. **O surgimento da favela do Maria Pinheiro em Itabuna**. 1999. (Monografia)- UESC, Ilhéus, 1999.

IBGE, 2012. **PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708). Acesso em: 22 nov. 2010.

IPEA. **Bancos: exclusão e serviços**. Rio de Janeiro, 2011. 16 p.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. As organizações de cooperação internacional, a redefinição de desenvolvimento e pobreza e as microfinanças. **Pesquisa & Debate**, SP, v. 16, n. 2, p. 249-268, nov. 2005a.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Salvador: UFBA, 2005b. 221 p.

KEMPSON, E. et. al. In **or out?**, **Financial exclusion: a literature and research review**, **Consumer Research**, FSA, n.3, jul. 2000.

KUMAR, A. (Coord.). **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA, Banco Mundial, 2004. 628 p.

LEYSHON, A. ; THRIFT, N. Geographies of financial exclusion: financial abandonment in Britain and the United States. **Transaction of the Institute of British Geographers**, New Serie, n. 20, p. 312, 1995.

MENEZES, Melissa Silva. **Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2007. 128 p.

NASCIMENTO, Francisco Marcelo Garritano Barone do. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate a pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil**. 171 f. 2008. Tese (Doutorado)-UERJ, 2008.

NERI, Marcelo Cortês. **O lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p. (Coleção Prazer em Conhecer).

PMI - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. **Levantamento e diagnóstico da situação fundiária dos assentamentos precários da cidade de Itabuna e formulação do programa de regularização fundiária**. Itabuna e formulação do programa de regularização fundiária. Itabuna, 2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. Brasília, 2010. 246 p.

ROODMAN, David. O microcrédito cria pobres endividados. **Época**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2012. Entrevista concedida a Daniella Cornachione. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/02/david-roodman-o-microcredito-cria-pobres-endividados.html>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da. Microcrédito: possibilidades e desafios. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 615-633, jul. 1998. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lenivaldo Santos da. **Planejamento Urbano:** uma análise da infra-estrutura do bairro Maria Pinheiro. 2009. (Monografia)– UESC, Ilhéus, 2009.

SINGER, P. Finanças solidária e moeda. In: FELTRIM, L. E. (Coord.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil:** visão de diferentes atores. Brasília: BCB, 2009. p. 67-78.

SOARES, Mardem Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças:** o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

TOSCANO, Idalvo. **O jardim de caminhos que se bifurcam:** o microcrédito no Brasil. Disponível em <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

TREVISAN, Salvador D. P. (Org.). **Itabuna:BA, 2002:** o mapa dos excluídos. Itabuna: Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de Itabuna, 2002.

VEGA, Cláudio Gonzáles. Uma visão geral das microfinanças, RJ. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BNDES MICROFINANÇAS: ENSAIOS E EXPERIÊNCIAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: BNDES, 2000. p. 145. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2010.

YUNUS, Muhammad. **Conheça o Grameen Bank.** Entrevista concedida a comitiva brasileira em Bangladesh, junho de 2001. Disponível em: <<http://www.portaldomicrocredito.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2010.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres:** a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2002.

## Anexo A – Questionário da pesquisa

### UNIFACS

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

#### Questionário

- a) Sexo: 1. ( ) F 2. ( ) M
- b) Cor: 1. ( ) Branco 2. ( ) Pardo 3. ( ) Preto 4. ( ) Amarelo
- c) Escolaridade:
- |                     |                     |                          |
|---------------------|---------------------|--------------------------|
| 1. ( ) N Alfabetiz  | 2. ( ) Alfabetizado | 3. ( ) Primário completo |
| 4. ( ) 1º G Incompl | 5. ( ) 1º Grau      | 6. ( ) 2º G Incompl.     |
| 7. ( ) 2º. Grau     | 8. ( ) Sup Incompl  | 9. ( ) Superior          |
- d) Idade: \_\_\_\_\_
- e) Tamanho da família: \_\_\_\_\_
- f) Tempo de residência no bairro: \_\_\_\_\_ anos
- g) Nasceu no bairro:
- |            |            |
|------------|------------|
| 1. ( ) Sim | 2. ( ) Não |
|------------|------------|
- h) Moradia
- |                |                |                   |
|----------------|----------------|-------------------|
| 1. ( ) Alugada | 2. ( ) Cedida  | 3. ( ) Financiada |
| 4. ( ) Própria | 5. ( ) Invasão |                   |
- i) Tipo de Moradia
- |              |                |                            |
|--------------|----------------|----------------------------|
| 1. ( ) Adobe | 2. ( ) Madeira | 3. ( ) Material Aproveitad |
| 4. ( ) Taipa | 5. ( ) Tijolo  | 6. ( ) Tijolo com laje     |
- j) Renda familiar:
- |                   |                   |                     |
|-------------------|-------------------|---------------------|
| 1. ( ) ¼ salário  | 2. ( ) ½ salário  | 3. ( ) 1 salário    |
| 4. ( ) 2 salários | 5. ( ) 3 salários | 6. ( ) > 3 salários |
- k) Pratica alguma religião? Qual?
- |                  |                   |                    |
|------------------|-------------------|--------------------|
| 1. ( ) Católica  | 2. ( ) Evangélica | 3. ( ) Espírita    |
| 4. ( ) Candomblé | 5. ( ) Não        | 6. ( ) Outra _____ |

l) Fonte da renda familiar: (múltipla escolha)

- |                      |                |                         |
|----------------------|----------------|-------------------------|
| 1. ( ) Emprego       | 2. ( ) Empresa | 3. ( ) Negócio Informal |
| 4. ( ) Bolsa Família | 5. ( ) Pensão  | 6. ( ) Pensão judicial  |
| 7. ( ) Aposentadoria | 8. ( ) Bicos   | 9. ( ) Outra            |

m) Possui algum vínculo com alguma instituição financeira?

1. ( ) Não                      2. ( ) Sim

n) Se SIM, qual? (Múltipla escolha)

- |                  |                   |                    |
|------------------|-------------------|--------------------|
| 1. ( ) Caixa     | 2. ( ) B Brasil   | 3. ( ) Itaú        |
| 4. ( ) Santander | 5. ( ) Mercantil  | 6. ( ) Bradesco    |
| 7. ( ) BNB       | 8. ( ) Financeira | 9. ( ) Outro _____ |

o) Se possui vínculo bancário, a quanto tempo? \_\_\_\_\_(anos)

p) Se possui vínculo bancário, que tipo serviço utiliza? (Múltipla escolha)

- |                            |                       |                            |
|----------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1. ( ) Conta corrente      | 2. ( ) Conta poupança | 3. ( ) Aplicação           |
| 4. ( ) Seguro              | 5. ( ) Microcrédito   | 6. ( ) Cartão de Crédito   |
| 7. ( ) Empréstimo          | 8. ( ) Cheque         | 9. ( ) Título de Capitaliz |
| 10. ( ) Conta simplificada | 11. ( ) Outro _____   |                            |

q) Se NÃO possui vínculo bancário, que tipo serviço desejaria utilizar? (Múltipla escolha)

- |                            |                       |                            |
|----------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1. ( ) Conta corrente      | 2. ( ) Conta poupança | 3. ( ) Aplicação           |
| 4. ( ) Seguro              | 5. ( ) Microcrédito   | 6. ( ) Cartão de Crédito   |
| 7. ( ) Empréstimo          | 8. ( ) Cheque         | 9. ( ) Título de Capitaliz |
| 10. ( ) Conta simplificada | 11. ( ) Outro _____   |                            |

r) Você se utiliza de alguma outra forma de poupança que não seja em um banco, como:

- |                          |                                     |
|--------------------------|-------------------------------------|
| 1. ( ) Porquinho em casa | 2. ( ) Caixinha com amigos          |
| 3. ( ) Investe em imóvel | 4. ( ) Investe na criação de animal |
| 5. Outro: _____          | 6. ( ) Não poupa                    |



s) O que motiva a poupança? (múltipla escolha)

- |                             |                             |
|-----------------------------|-----------------------------|
| 1. ( ) Casamento            | 2. ( ) Comprar um bem       |
| 3. ( ) Festa de aniversário | 4. ( ) Fazer uma viagem     |
| 5. ( ) Comprar a casa       | 6. ( ) Construir a casa     |
| 7. ( ) Reformar a casa      | 8. ( ) Estudos              |
| 9. ( ) Fazer um pé de meia  | 10. ( ) Risco de Desemprego |
| 11. ( ) Risco de doença     | 12. ( ) Risco de morte      |
| 13. ( ) Outro _____         |                             |

t) Quando compra a prazo, é no...

- |                      |                          |                          |
|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. ( ) Crediário     | 2. ( ) Caderno           | 3. ( ) Cartão de crédito |
| 4. ( ) Financiamento | 5. ( ) Cheque pré-datado | 6. ( ) Promissória       |
| 7. ( ) Outro _____   |                          |                          |

u) Na compra a prazo se utiliza ou já utilizou do nome de outra pessoa? Se SIM, de quem?

- |                        |                           |                         |
|------------------------|---------------------------|-------------------------|
| 1. ( ) Pai/Mãe         | 2. ( ) Avo/Avó            | 3. ( ) Amigo(a)         |
| 4. ( ) Vizinho(a)      | 5. ( ) Colega de trabalho | 6. ( ) Colega de Igreja |
| 7. ( ) Outros parentes | 8. ( ) Não Utiliza        | 9. ( ) Outro(a) _____   |

v) Sente dificuldade de acesso aos bancos?

1. ( ) Não                      2. ( ) Sim

w) Se SIM, por quê?

- |                                |  |
|--------------------------------|--|
| 1. ( ) Altos juros             | 2. ( ) Exigências burocráticas         |
| 3. ( ) Distância de casa       | 4. ( ) Entender o que os bancos cobram |
| 5. ( ) As altas taxas cobradas | 6. ( ) Atendimento                     |
| 9. Outros: _____               |  |

x) Você compra no bairro?

1. ( ) Não                      2. ( ) Sim

y) Se SIM, em que condições?

1. ( ) A vista                  2. ( ) A prazo no caderno      3. ( ) A prazo no cartão

4. ( ) Outra forma \_\_\_\_\_

z) Quando precisa de um dinheiro emprestado, você busca:

- |                         |                           |
|-------------------------|---------------------------|
| 1. ( ) Banco            | 2. ( ) Mãe/Pai            |
| 3. ( ) Avo/Avó          | 4. ( ) Outros parentes    |
| 5. ( ) Amigo            | 6. ( ) Vizinho            |
| 7. ( ) Colega de Igreja | 8. ( ) Colega de trabalho |
| 9. ( ) Agiota           | 10. ( ) Financeira        |
| 11. ( ) Outro _____     |                           |

aa) O que motivou a escolha?

- |                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| 1. ( ) Custo       | 2. ( ) Facilidade  |
| 3. ( ) Rapidez     | 4. ( ) Proximidade |
| 5. ( ) Outro _____ |                    |

bb) Se não foi em Banco, Financeira ou agiota, pagou juros?

1. ( ) Sim      2. ( ) Não      3. ( ) Não é o caso

cc) Você já emprestou dinheiro para alguém? Quem?

- |                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
| 1. ( ) Mãe/Pai            | 2. ( ) Avo/Avó          |
| 3. ( ) Outros parentes    | 4. ( ) Amigo            |
| 5. ( ) Vizinho            | 6. ( ) Colega de Igreja |
| 7. ( ) Colega de trabalho | 8. ( ) Outro _____      |
| 9. ( ) Não emprestou      |                         |

dd) Se SIM, cobrou juros?

1. ( ) Sim      2. ( ) Não      3. ( ) Não é o caso

ee) Você já precisou tomar empréstimo em alguma financeira? Qual o motivo?

- |                             |                          |
|-----------------------------|--------------------------|
| 1. ( ) Casamento            | 2. ( ) Comprar um bem    |
| 3. ( ) Festa de aniversário | 4. ( ) Fazer uma viagem  |
| 5. ( ) Comprar a casa       | 6. ( ) Construir a casa  |
| 7. ( ) Reformar a casa      | 8. ( ) Estudos           |
| 9. ( ) Dívidas              | 10. ( ) Desemprego       |
| 11. ( ) Doença              | 12. ( ) Morte de parente |
| 13. ( ) Outro _____         | 13. ( ) Não precisou     |

ff) Você já enfrentou algum problema de saúde e/ou morte na família? Como resolveu a questão financeira?

- |  |                                  |
|--|----------------------------------|
| 1. ( ) Não passou pelo problema        | 2. ( ) Usou a poupança que tinha |
| 3. ( ) Vendeu um bem                   | 4. ( ) Tomou empréstimo em banco |
| 5. ( ) Tomou empréstimo em financeira  | 6. ( ) Recebeu ajuda de parentes |
| 7. ( ) Recebeu ajuda de amigos/Vizinho | 8. ( ) Recebeu ajuda do governo  |
| 9. ( ) Pagou com cartão                | 10. ( ) Outro _____              |

gg) Você já passou por situação de endividamento? Como resolveu?

1. ( ) Não passou pelo problema
2. ( ) Vendeu um bem e pagou
3. ( ) Não conseguiu pagar
4. ( ) Tomou um empréstimo para quitar a dívida
5. ( ) Renegociou a dívida e pagou
6. ( ) Pagou com ajuda de amigo/vizinho
7. ( ) Pagou com ajuda de colega de trabalho
8. ( ) Pagou com ajuda de colega de igreja
9. ( ) Pagou com ajuda de parente
10. ( ) Outros \_\_\_\_\_

hh) Você hoje tem dívidas? Com que?

1. ( ) Cartão de crédito
2. ( ) Crediário
3. ( ) Fiado no bairro
4. ( ) Fiado em outro lugar
4. ( ) Empréstimo em banco
5. ( ) Empréstimo em financeira
6. ( ) Empréstimo com agiota
7. ( ) Empréstimo com amigo/vizinho
8. ( ) Cheque especial
9. ( ) Outros \_\_\_\_\_

ii) Você costuma ajudar vizinhos e amigos em atividades como:

- |                               |                                     |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| 1. ( ) Casamento              | 2. ( ) Tomar conta de criança       |
| 3. ( ) Festa de aniversário   | 4. ( ) Construção e reforma de casa |
| 5. ( ) Tomar conta de idoso   | 6. ( ) Tirar resguardo              |
| 7. ( ) Formatura              | 8. ( ) Festa de promessa            |
| 9. ( ) Tomar conta de enfermo | 10. ( ) Outro _____                 |

jj) Você empresta ou compartilha algum bem ou serviço com vizinho ou amigo?

- |                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 1. ( ) Internet    | 2. ( ) Tv por assinatura     |
| 3. ( ) Telefone    | 4. ( ) Eletrodoméstico       |
| 5. ( ) Roupas      | 6. ( ) Utensílios domésticos |
| 7. ( ) Eletrônicos | 8. ( ) Festa de promessa     |
| 9. ( ) Carro       | 10. ( ) Moto                 |
| 11. ( ) Casa       | 12. ( ) Outro _____          |

kk) Você toma emprestado algum bem ou serviço com vizinho ou amigo?

- |                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 1. ( ) Internet    | 2. ( ) Tv por assinatura     |
| 3. ( ) Telefone    | 4. ( ) Eletrodoméstico       |
| 5. ( ) Roupas      | 6. ( ) Utensílios domésticos |
| 7. ( ) Eletrônicos | 8. ( ) Festa de promessa     |
| 9. ( ) Carro       | 10. ( ) Moto                 |
| 11. ( ) Casa       | 12. ( ) Outro _____          |

ll) Na sua avaliação, hoje você tem mais acesso a crédito do que há 10 anos?

- |            |            |
|------------|------------|
| 1. ( ) Sim | 2. ( ) Não |
|------------|------------|

mm) Na sua avaliação, hoje você tem um renda maior do que há 10 anos?

- |            |            |
|------------|------------|
| 1. ( ) Sim | 2. ( ) Não |
|------------|------------|

nn) O maior acesso a crédito ou a melhora da renda ampliou o acesso a bens de consumo e serviços como:

- |                            |                                 |
|----------------------------|---------------------------------|
| 1. ( ) Internet            | 2. ( ) Tv por assinatura        |
| 3. ( ) Telefone            | 4. ( ) Televisão                |
| 5. ( ) Roupas              | 6. ( ) Telefone celular         |
| 7. ( ) Educação            | 8. ( ) Computador               |
| 9. ( ) Carro               | 10. ( ) Moto                    |
| 11. ( ) Casa               | 12. ( ) Aparelho de som         |
| 13. ( ) Geladeira          | 14. ( ) Beleza e higiene        |
| 15. ( ) Lazer              | 16. ( ) Outros eletrodomésticos |
| 17. ( ) Outros eletrônicos | 18. ( ) Outros _____            |